

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA www.ufma.br)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (PPGPP
www.ufma.pgpp.br)

GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA E DE POLÍTICAS
DIRECIONADAS À POBREZA (GAEPP www.gaepp.ufma.br)

PROJETO DE PESQUISA

I IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

- 1 Título: PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA¹ FOCALIZADOS E DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19:** acompanhamento e análise da realidade internacional na América Latina e Caribe
- 2 Resumo:** Este projeto de pesquisa tem como objetivo identificar, sistematizar, problematizar e divulgar a dinâmica histórica, o debate, a formulação de propostas e a implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em países da América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023. Situa-se no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, considerados enquanto resposta à ampliação das desigualdades, da pobreza, incremento do desemprego, do trabalho informal precarizado e perda de renda. O foco do estudo centra-se nas dimensões indicadas no problema da investigação, quais sejam: debate, propostas e implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal; beneficiários e critérios para sua inclusão; concepções das categorias teóricas trabalho, pobreza, focalização e universalização que orientam o debate e fundamentam esses programas; objetivos; benefícios monetários e articulação com outros benefícios; financiamento dos programas; desenho e mecanismos de gestão e possíveis impactos dos programas em relação ao

1 Adotamos no presente projeto a denominação de programas de **transferência de renda** por ser esta a designação mais encontrada na literatura, todavia os nossos estudos consideram não se tratar de transferência de renda, mas de **transferência monetária**.

público beneficiário e à realidade econômica, política e social. Tomando como referência teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético de Marx, a investigação será realizada mediante três modalidades de estudo: mapeamento geral dos programas na América Latina e Caribe, com posterior realização de um estudo exploratório nos países onde foram identificados programas de transferência de renda em implementação, anteriormente ou durante a pandemia da Covid-19. Partindo dos resultados do estudo exploratório e critérios especificados na proposta metodológica do projeto, serão selecionados países da América Latina e Caribe para estudo em profundidade. Para garantir os encaminhamentos da pesquisa, a unidade dos trabalhos e a troca de experiências, visto tratar-se de um trabalho de investigação com envolvimento de pesquisadores de três países e universidades diferentes, serão considerados dois procedimentos: as principais atividades serão realizadas com orientações, elaboradas previamente a partir de discussões com a equipe central de pesquisadoras (es), buscando garantir interlocução e unidade na sistematização dos produtos da pesquisa; considerando possíveis dificuldades financeiras para realização de Missões de Pesquisa presenciais, serão adotados procedimentos remotos periódicos para discussão e realização de trabalhos coletivos envolvendo toda a equipe ou parte de seus membros, em conformidade com a agenda dos trabalhos em desenvolvimento.

Palavras-chaves: Programas de Transferência de Renda Focalizados. Renda Básica Universal. América Latina. Caribe. Brasil. Pandemia.

3 Instituição Executora:

Universidade Federal do Maranhão

CNPJ 06279103.0001-19

Endereço: Av. dos Portugueses, s/n, Campus Universitário Dom Delgado 65. 085-580 São Luís, MA, através do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (www.pgpp.ufma.br)

4 Apoio Institucional: Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB <https://rendabasica.com.br>)

5 Instituições participantes:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

CNPJ: 60.990.751/0001-24

Endereço: Rua Monte Alegre, 984. Perdizes - São Paulo-SP. CEP: 05014-901,
por meio do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social

<https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social>

Universidad de la República (Udelar)

Dirección: Constituyente 1502, Montevideo, Uruguay, a través del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales.

<https://cienciassociales.edu.uy/departamento-de-trabajo-social/>

Facultad de Ciencias Humanas - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

Dirección: Paraje Arroyo Seco s/n - C.P. B7000GHG - Tandil - Buenos Aires - Argentina - Tel.: +54 0249 4385750-4385757

Núcleo de Actividades Científicas y Técnicas Programa de Investigaciones y Estudios sobre Política y Sociedad. PROIEPS-FCH-UNICEN-

email: proieps@gmail.com.ar

6 Proponente-Coordenadora:

Maria Ozanira da Silva e Silva

CPF: 125.345.443-49

Endereço: Av. dos Holandeses, 2000, Condomínio The Prime, Casa ETA

03, Calhau,

65071-380 São Luís, MA

E-mail: maria.ozanira@gmail.com

Telefones: (98) 3272 8666; 98115 5969

II CONFIGURAÇÃO DO PROJETO

1 DESCRIÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE PESQUISA EXECUTOR DO PROJETO EM TEMÁTICAS CORRELATAS

O Grupo de pesquisa executor do projeto é o Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (**GAEPP** www.gaepf.ufma.br). Criado em 1996. É um Grupo interdisciplinar, inscrito no Diretório Nacional de

Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); congrega professores de diversos Departamentos Acadêmicos e alunos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); é vinculado ao Departamento de Serviço Social e articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e desenvolve atividades de pesquisa, de consultoria, assessoria e capacitação de recursos humanos, privilegiando a temática pobreza, trabalho e políticas sociais, centrando-se na análise e avaliação de Políticas Públicas.

Orienta-se pelas seguintes linhas de pesquisa:

Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda;

Avaliação de Políticas e Programas Sociais;

Avaliação e Acompanhamento da Política Pública de Transferência de Renda.

Tem como objetivos:

- Promover estudos e avaliações sobre políticas sociais específicas ou programas sociais direcionados à população pobre brasileira e, especificamente, do Estado do Maranhão
- Contribuir para a sistematização de práticas e melhoria dos programas considerados nos estudados;
- Contribuir para a formação da opinião pública sobre questões e problemas sociais no Estado do Maranhão, no Nordeste e no Brasil;
- Fortalecer a participação das organizações da sociedade civil no processo de controle social das Políticas Públicas;
- Contribuir para o processo de decisão e implementação de Políticas Públicas de corte social no Estado do Maranhão, no Nordeste e no Brasil;
- Formar recursos humanos para a pesquisa social e, especificamente, para análise e avaliação de Políticas Públicas de corte social;
- Prestar serviços a instituições da sociedade civil, no seu campo de estudo, pautando-se pelos princípios de defesa da Universidade pública e gratuita e de sua autonomia técnico-científica;
- Publicar livros, artigos e outros trabalhos a partir dos estudos e das pesquisas desenvolvidas;
- Efetuar intercâmbio com outros grupos e instituições, em nível local, nacional e internacional.

Entre os trabalhos mais relevantes já desenvolvidos no âmbito do GAEPP, temos:

- a) Assessorias no campo da Política de Assistência Social, destacando Conferências e Planos de Assistência Social do Estado do Maranhão e a coordenação da Política Estadual de Assistência Social do Estado do Maranhão, elaborada em 2001 e 2006;
- b) Assessorias e consultorias, junto a diversos Programas de Transferência de Renda implementados por Municípios e Estados brasileiros;
- c) Avaliação Externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Maranhão – PEQ/MA, inserido no Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR, no período 1996-2002, sendo desenvolvidas avaliações política da Política, avaliações do processo de implementação do Plano e avaliações de impactos na população alvo do Plano;
- d) Duas avaliações do Programa Primeiro Emprego do Governo do Estado do Maranhão (1998, 2005), considerando o processo de implementação e os impactos desse Programa;
- e) Avaliação do Programa Comunidade Solidária do Governo federal considerando sua implementação no Estado do Maranhão, 1999/2000;
- f) Avaliação da implantação do Sistema Descentralizado e Participativo da Política de Assistência Social no Estado do Maranhão, 1998/1999;
- g) Avaliação do Programa Creche Manutenção, do Governo federal, considerando seu processo e impactos no Estado do Maranhão, 1999/2000;
- h) Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no Estado do Maranhão, 2003;
- i) Avaliação Externa das Políticas de Assistência Social, da Habitação e do Trabalho e Renda implementadas pela Gerência de Estado de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão no período 1999/2002, considerando elementos de implementação, de impactos, com indicação de proposições, 2004;
- j) Realização de várias pesquisas sobre Programas de Transferência de Renda no Brasil e na América Latina, com ampla produção divulgada nacional e internacionalmente: publicação de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos;
- k) Realização de várias capacitações para profissionais e membros de Conselhos de Gestão, principalmente no campo da Política de Assistência Social e

realização de vários cursos de capacitação em Avaliação de Políticas e Programas Sociais para profissionais, no Estado do Maranhão e em outros Estados.

- l) Sobre o Bolsa Família: realização de uma pesquisa nacional com a publicação do livro Bolsa Família: verso e reverso e a realização de pesquisas sobre Condicionais e Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e Egressos do Bolsa Família no Maranhão, com a publicação de capítulo de livro, artigos, trabalhos completos em anais de eventos científicos nacionais e publicação de dois Cadernos de Pesquisa no site do GAEPP, no menu Observatório Social e do Trabalho;
- m) Realização de um Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) com o NEPP/UNICAMP E PUCSP. Produtos: teses, dissertações, trabalhos completos em anais nacionais e internacionais, artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e livros: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**, 3ª ed.; **A Política Social Brasileira no Século XXI**, 7ª ed. Além de vários trabalhos técnicos realizados em conjunto: minicursos, organização de eventos, palestras e conferências.
- n) Realização de um Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) com a PUCSP, PUCRS, UFPI. Produtos: teses, dissertações, trabalhos completos em anais nacionais e internacionais, artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e livros: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**, 5ª ed., **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**, 2ª ed. e **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí**, 2ª ed. Além de vários trabalhos técnicos realizados em conjunto: minicursos, organização de eventos, palestras e conferências;
- o) Realização de um estudo comparado sobre programas de transferência de renda na América Latina: Projeto: Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina: estudo comparado - Bolsa Família (Brasil), Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM – P.E. (Uruguay) y Asignación Universal por Hijo para la Protección Social (Argentina), projeto aprovado e financiado pela FAPEMA e CNPq. Desse projeto, tem-se inúmeros produtos: publicações conjuntas, teses, dissertações, trabalhos completos em anais nacionais e internacionais, artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e livro – Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe; O Bolsa Família: verso e reverso e O Mito e a Realidade no

enfrentamento à Pobreza na América Latina: estudo comparado de Programas de Transferência de Renda no Brasil, Argentina e Uruguai, com uma versão em Espanhol publicada pela Editora Spacio da Argentina, sob o título: Mito y Realidad en el enfrentamiento de la Pobreza en América Latina: estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay.

p) Realização do projeto **AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO NORTE E NORDESTE**: significado do SUAS para o enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil, destacando-se os seguintes produtos: publicação de capítulos de livros e de artigos em periódicos científicos; elaboração e publicação de trabalhos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais; publicação do livro O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidade e especificidades, publicado pela Cortez Editora de São Paulo, 2019; participação na organização e publicação de um capítulo no livro O Sistema Único de Assistência Social no Brasil, publicado pela Cortez Editora de São Paulo, 2019.

q) **Manutenção do Observatório Social e do Trabalho** no site do GAEPP (www.gaepp.ufma.br). O Observatório Social e do Trabalho tem como objeto central de focalização as temáticas **POBREZA e TRABALHO** no Maranhão, em relação com o Nordeste e o Brasil, a partir de duas dimensões: divulgação de resultados de projetos de pesquisa em desenvolvimento ou concluídos no GAEPP, relacionados aos dois eixos temáticos indicados, mediante a publicação e circulação de **Cadernos de Pesquisa** de periodicidade semestral; levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho e sobre a situação de pobreza no Maranhão, no Nordeste e no Brasil, disponibilizados no **Boletim do Observatório Social e do Trabalho** de circulação bimensal. No período 2012, quando iniciadas as publicações, a julho de 2020, o Boletim do Observatório Social e do Trabalho já publicou 39 números e os Cadernos de pesquisa já ostenta a publicação de 12 Cadernos de Pesquisa, ambos registrando até 22/06/2020 146.051 visitantes.

2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, ECONÔMICO E SOCIAL

Conforme detalhado no item seguinte do presente projeto, **QUALIFICAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA COMO MECANISMO DE**

PROTEÇÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE, a expansão do debate e a ampliação de práticas, em nível internacional do que estamos denominando de programas de transferência de renda² situa-se a partir dos anos 1980 num contexto conjuntural de grandes transformações econômicas e tecnológicas, com consequentes alterações no mercado capitalista, verificando-se o processo crescente de mundialização e concentração do capital sob a hegemonia do capital financeiro.

Na América Latina, a criação de programas de transferência de renda acentua-se a partir da segunda metade dos anos 1990, enquanto mecanismo de proteção social direcionado para o enfrentamento dos elevados índices de trabalho precário, informal e de baixa remuneração, de desemprego e da grande incidência da pobreza e da extrema pobreza em avanço no continente. Esses programas são situados como tentativa de articulação das medidas de proteção social ao desenvolvimento econômico, enquanto eixo potencializador desse desenvolvimento. (CEPAL, 2009).

Na realidade brasileira, os grandes marcos do avanço em direção à adoção prevalente de programas de transferência de renda para proteção social inicia-se em 1991 com a proposta do *Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)*, de autoria do então senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores, seguindo-se, a partir de 1995, pela implementação de programas de renda mínima/bolsa escola em vários municípios e Estados brasileiros. Outros programas são implantados posteriormente, merecendo destaque à denominada *Rede de Proteção Social*, instituída em 2001, composta por vários programas caracterizados como de transferência de renda. Nesse processo, o maior destaque foi a criação do Bolsa Família em 2003 e a iniciativa mais recente, datada de 7 de abril de 2020, de criação do Auxílio Emergencial enquanto resposta para mitigar o avanço do desemprego e da pobreza em consequência do isolamento social demandado para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, ampliando internacionalmente, na América Latina, no caribe e no Brasil um grande debate sobre a adoção de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal³.

Procurando identificar possíveis impactos desses programas, há que se ressaltar que a Renda Básica Universal tem como função precípua distribuir riqueza socialmente produzida para diminuição da desigualdade e alcance da Justiça Social; enquanto os

2 Entendemos por programas de transferências de renda os programas cujos benefícios são transferências diretas de um montante monetário a pessoas ou famílias, em periodicidades previamente definidas.

3 As três principais modalidades de programas de transferência de renda: Programa de Transferência de Renda focalizado, mas sem condicionalidades; Programa de Transferência de Renda Focalizado e com condicionalidades e renda básica universal são devidamente caracterizados no item seguinte desse projeto: **QUALIFICAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.**

programas de transferência de renda focalizados têm desempenhado a função de mitigar a pobreza e atender a situações emergenciais. Todavia, o que tem se identificado enquanto práticas de Renda Básica Universal é a existência de ampla variedade de propostas e algumas experiências em implementação em vários países, marcadas por diferentes características tais como: valores financeiros transferidos; periodicidade das transferências; fonte de financiamento; articulação com outras transferências. Na maioria, são experiências pilotos localizadas, mas focalizadas, embora não apresentem exigências de condicionalidade. (TORRY, 2019; SUPPLY, 2017)

Sobre possíveis impactos de programas de transferência de renda focalizados e apresentando condicionalidades, em estudo comparativo realizado sobre programas dessa natureza em implementação na América Latina e, especificamente no Brasil, Argentina e Uruguai foi identificada a seguinte realidade.

Consideramos no estudo realizado que possíveis impactos de determinados programas implementados em diversos países devem ter em conta a diversidade dos países em foco bem como a realidade dos programas, embora possa se estabelecer comparações em indicadores sobre diversos qualificadores desses programas. Partindo desse pressuposto, destacamos as seguintes indicações: sobre possíveis impactos na redução de indicadores de **pobreza e desigualdade social**, a pesquisa revelou que tem sido registrado significativa redução das situações extremas de indigência das populações beneficiárias, embora com menor repercussão sobre a pobreza e menores impactos ainda sobre a redução da desigualdade social, ou seja: esses programas têm o potencial de aliviar situações de extrema pobreza, mas não são capazes de erradicar a denominada pobreza intergeracional; sobre possíveis impactos na **educação**, embora haja registro de elevação de matrícula e frequência à escola e diminuição de evasão escolar, verificamos que não há indicação conclusiva sobre a aprendizagem; sobre a **saúde** o estudo identificou possíveis impactos para elevação de índices de segurança alimentar e nutricional, em razão da regularidade da transferência monetária recebida pelas famílias e sua maior aplicação em compras de alimentos; sobre o **trabalho de adultos**, foi verificado que a maioria dos beneficiários são trabalhadores, mas sua inserção ocorre largamente no mercado de trabalho informal com marcas do trabalho precário, instável, de baixos salários e sem carteira assinada; já sobre o **trabalho infantil**, foi possível presumir que a exigência de frequência à escola possa contribuir para reduzir esse tipo de trabalho; na **vida da mulher**, possíveis impactos indicaram a visibilidade e autonomia da mulher na família, elevação da autoestima e de sua percepção como cidadã, sem, porém alterar as

relações tradicionais de gênero, inclusive atribuindo-lhe sobrecarga para cumprimento das condicionalidades de educação e saúde atribuídas às crianças e adolescentes da família que fica ao encargo da mulher; ainda foi indicado como possível impacto dos programas de transferência de renda na América Latina alterações na **economia local** e na **sociabilidade das famílias**, tais como: incremento nas vendas do comércio local, maior variedade e quantidade de produtos comercializados; aumento de empregados no comércio; conformação de uma nova clientela, proveniente da zona rural; criação de mecanismos de crédito pessoal; incremento do consumo, com tendência de os recursos recebidos pela população beneficiária ficarem no município, particularmente no pequeno comércio de alimentos, material escolar e vestuário infantil, crescimento de pequenos comércios, elevação do Produto Interno Bruto dos municípios e alteração de estilos de vida das pessoas, com surgimento de novas demandas sociais por saúde, educação, habitação etc. além de alteração no ciclo migratório da população em direção aos centros urbanos dos municípios, onde se concentra o comércio varejista e as maiores oportunidades de trabalho (SILVA; LIMA, 2016)⁴.

Com base nas reflexões acima, sobretudo considerando a ampliação do debate e a formulação de programas de transferência de renda, com destaque aos programas massivos e focalizados e aos programas de renda básica universal no contexto internacional, mais especificamente na América Latina, no caribe e no Brasil e considerando a prevalência na conjuntura recente dessa modalidade de programas para proteção social (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011), justifica-se a relevância do estudo aqui proposto, cujo objetivo é captar, sistematizar e divulgar a dinâmica histórica e sobretudo a dinâmica recente de programas de transferência monetária no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19 enquanto resposta à ampliação da desigualdade, da pobreza e o incremento do desemprego, trabalho, informal e perda de renda.

Pretende-se, desta forma, fornecer subsídios para o aprimoramento da formulação e da gestão de programas centrados em transferência monetária, quer sejam programas focalizados e de renda básica universal, além de contribuir para o avanço do conhecimento científico no campo das Políticas Públicas de corte social e de trabalho e renda.

4 Todavia, convém ressaltar que estudo realizado por SILVA; GUILHON; LIMA, 2013, sobre as condicionalidades e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) enquanto Dimensões Centrais do Bolsa Família (BF) no Estado do Maranhão, verificou que os impactos decorrentes do Bolsa Família tendem a desaparecer quando a família é desligada do Programa.

3 QUALIFICAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

No plano internacional, já a partir dos anos 1930, muitos países na Europa introduziram programas com garantia de uma renda mínima, com destaque a benefícios direcionados a crianças; auxílios a famílias com crianças dependentes; suporte de renda aos idosos, aos inválidos, aos trabalhadores de baixas rendas; seguro-desemprego;

renda mínima de inserção ou complexos sistemas de seguridade social. (SUPLICY, 2002, p. 75). Todavia a ampliação do debate e a implantação de proposta de programas de transferência de renda vivencia maior abrangência e ampliação a partir dos anos 1980, situando-se, no contexto das grandes transformações econômicas e sociais no mundo do trabalho e nas formas de proteção social.

Nesse contexto, as transformações ocorridas na economia e no trabalho afetam diretamente a sociabilidade própria da sociedade salarial, de pleno emprego. (GORZ, 1983, 1985, 1991; ROSANVALLON, 1995; CASTEL, 1995) Nesse contexto, o declínio do emprego afeta largamente a manutenção do Welfare State dos países de capitalismo avançado que passa a ser submetido a questionamentos, acentuando a dualidade da sociedade:

composta, de um lado, por pessoas muito bem empregadas e, de outro lado, por um contingente mais amplo de pessoas desempregadas ou precária e instavelmente empregadas..., fazendo com que o desenho tradicional do Welfare State - seguro social, constituído pela contribuição dos empregadores e empregados (e eles são cada vez menos) e assistência social, representada por auxílios sociais destinados a categorias específicas em dificuldade (inválidos, desempregados, velhos, pais solteiros etc.) (e elas são cada vez mais) — não consiga dar repostas resposta às novas questões sociais que se vêm desenvolvendo". (SILVA, 1997, p. 14)

Referindo-se a essa realidade, Paugam (1999) também fala sobre sistemas de renda mínima garantida, todavia todos sob condições de inserção profissional ou social, em países, como Dinamarca (1933), Reino Unido (1948), Alemanha Federal (1961), Países Baixos (1963), Bélgica (1974), Irlanda (1977), Luxemburgo (1986), França (1988), em diversas províncias da Espanha - Andaluzia, Aragón, Astúrias, Catalunha, Galícia, Múrcia, Navarra e no País Basco (1990) e em Portugal (1996).

Por conseguinte, nessa conjuntura tem-se espaço para ampliação do debate e desenvolvimento de experiências internacionais do que aqui denominamos genericamente de programas de transferência de renda enquanto alternativas apresentada por políticos, organizações sociais e estudiosos de diversos países. Particularmente na América Latina e Caribe, os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) foram incorporados, a partir da década de 1990, aos Sistemas de Proteção Social de vários países como estratégia privilegiada de enfrentamento à

pobreza e às desigualdades sociais que, embora já se constituíssem em marcas históricas da região, se aprofundaram significativamente no contexto do ajuste estrutural de orientação neoliberal inspirado no Consenso de Washington e orquestrado pelos Organismos Financeiros Internacionais.

De fato, em consonância com as grandes transformações experimentadas pelo sistema capitalista em âmbito mundial, em resposta a mais uma crise estrutural do capital, iniciada no final do anos 1960, a emergência e o desenvolvimento dos PTRC é uma das manifestações concretas da mudança no padrão de regulação econômica e social cujo foco passa a se centrar em garantir as condições de flexibilidade impostas pelo atual regime de acumulação flexível e compensar os efeitos perversos da globalização e da busca de competitividade. O rebatimento de tal mudança no âmbito dos Sistemas de Proteção Social da região é a substituição ou a secundarização das políticas de cunho universalista em favor das políticas de caráter residual focalizadas na pobreza, expressando um movimento de expansão da assistência, cujo alvo é o grande contingente de trabalhadores desocupados, informais, precários e empobrecidos vitimados pelas consequências do ajuste neoliberal.

Cumprir ressaltar que tais consequências foram deletérias sobre os indicadores de mercado de trabalho, pobreza e desigualdade, sobrepondo-se a uma realidade já historicamente marcada pela heterogeneidade estrutural, pela forte segmentação do mercado de trabalho e pelo predomínio de Sistemas de Proteção Social que não lograram a universalização de importantes direitos sociais, posto que tinham no emprego formal o critério de acesso à proteção social, especialmente no campo do direito à previdência e também, em certos casos, do direito à saúde. (LIMA et al, 2014,)

Portanto, foi nesse contexto marcado, por um lado, pela persistência e pelo recrudescimento da pobreza e das desigualdades sociais na região da América Latina e Caribe e, por outro, pela mudança no padrão de regulação econômica e social, que os PTRC foram incluídos na agenda dos governos eleitos entre as décadas de 1990 e 2000, muitos destes de tendências progressistas, como uma das estratégias para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dentre os quais ganhou destaque a erradicação da pobreza. (LIMA et al, 2014)

No Brasil, é a partir de 1991 que a proteção social passa a privilegiar programas de transferência monetária para atender a uma realidade de aprofundamento da desigualdade, da pobreza, do desemprego e da informalidade crescente do trabalho instável e mal remunerado, em decorrência ainda dos anos de ditadura e da década

de 1980, denominada a década perdida. Nesse contexto, tem-se a primeira proposta de programas de transferência de renda integrando a agenda pública com aprovação no Senado Federal de um Projeto de Lei de autoria do então senador petista Eduardo Suplicy, formalizando uma proposta para criação do *Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)*, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade, com renda de até três salários-mínimos (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011).

Seguindo esse processo inicial, em 1996, foram criados dois programas nacionais: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) destinado a tirar crianças e adolescentes do trabalho e mantê-los na escola, sendo mais tarde incorporado ao Bolsa Família. No mesmo ano foi criado o Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a pessoas idosas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiências, desde que incapacitadas para o trabalho e vivendo em família com renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Todavia, é a partir de 2001, ainda no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), que podemos nos referir a uma situação de prevalência dos programas de transferência de renda enquanto eixo central da proteção social no Brasil. Após dedicar todo o seu primeiro mandato e a primeira parte do seu segundo mandato à implantação tardia do neoliberalismo, o presidente começa a dar atenção às questões sociais e a implantação de programas sociais, instituindo a denominada, *Rede de Proteção Social*⁵, cujo destaque é atribuído a programas de transferência direta de renda a famílias pobres. Todavia, a Rede de Proteção Social teve como impulsionador a criação, desde 1995, de programas de Renda Mínima/Bolsa-Escola, inicialmente com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima implantados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP e Santos/SP e o Programa Bolsa-Escola implantado em Brasília/DF, sendo estes seguidos por inúmeros outros programas municipais e estaduais, chegando a alcançar 45 programas municipais e 11 estaduais que foram interrompidos em grande parte a partir da criação do Bolsa Família em 2003, programa que passa a ser implantado em todos os municípios brasileiros. (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011)

Assim, em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família, produto da unificação de programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação, cujo mérito foi sua ampliação quantitativa, chegando a atender a um pouco mais de 14 milhões de famílias, com implementação nos 5.570 municípios brasileiros, inspirando a criação de vários outros

5 Essa *Rede de Proteção Social* representou um esforço de articulação de programas compensatórios de transferência de renda, destacando-se o BPC, o PETI, o Programa Agente Jovem, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, o Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Programa Cartão Alimentação.

programas e se firmando como o maior programa de transferência de renda condicionada da América Latina⁶.

No avanço do campo de programas da transferência monetária, inaugura-se em 2004, um novo momento quando foi sancionado pelo Presidente da República, o *Programa Renda Básica de Cidadania*. Trata-se agora de um programa de renda básica universal direcionado para todos os brasileiros, e estrangeiros legais residentes no Brasil, há mais de cinco anos, cuja proposta é um benefício suficiente para atender despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, saúde e educação. Embora esse programa não tenha sido implantado, tem o mérito de iniciar, no Brasil, o debate sobre Renda Básica Universal e Incondicional. Ademais, a proposta condiciona a implantação da Renda Básica de Cidadania ao desenvolvimento de um processo gradual, iniciando-se pelos mais pobres e apontando o Bolsa Família como a primeira etapa para sua implantação, ficando também condicionado à disponibilidade de recursos, que, em última análise, representaram entraves para viabilização do programa, por subordinar a efetivação da proposta à dependência da vontade política do executivo.⁷

O passo seguinte acontece na conjuntura de expansão da epidemia da Covid-19 no Brasil a partir de março de 2020, quando o governo federal, pressionado por movimentos de várias associações civis, economistas, cientistas sociais e pessoas afetadas pela pobreza e desemprego, lançou, em 7 de abril de 2020, um programa de transferência monetária denominado Auxílio Emergencial, cujo benefício foi fixado em R\$ 600,00, mensais durante três meses, sendo posteriormente estendido por mais dois meses, adotando o mesmo valor da transferência monetária mensal. O objetivo seria mitigar a situação crescente de desemprego, de perda de renda e avanço da pobreza de segmentos desempregados, trabalhadores informais com perda de renda e beneficiários do Bolsa Família.

Essa é uma conjuntura onde, segundo o Centro de Estudos da Metrópole da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLch) da Universidade de São Paulo (USP, 2020), 75,5 milhões de pessoas, representando 81% da força de trabalho no Brasil, vivenciam algum tipo de vulnerabilidade em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19.⁹ Assim, o Auxílio Emergencial, se propõe a mitigar os efeitos da situação do isolamento social sobre os mais pobres dada a impossibilidade de trabalhadores

6 Convém registrar que a partir de então muitos e variados programas de transferência de renda foram criados no Brasil, por iniciativa de municípios, Estados e por iniciativa do governo federal para atender a situações conjunturais e, muitas vezes, pontuais, quer no meio urbano quanto rural, o que transforma esses programas no eixo central da proteção social no Brasil.

7 Sobre a prevalência de programas de transferência de Renda no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social, veja: SILVA; YAZBEK; GIOVANNI (2011).

informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados manterem suas necessidades básicas em razão da perda de suas rendas. Ademais, segundo a mesma fonte, mais de 50% dos trabalhadores brasileiros realizam trabalhos informais, na sua maioria, instáveis e de baixa remuneração e dados de Relatórios de Informações Sociais, disponíveis no site da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, informam a existência de 28.782.308 famílias registradas, com renda familiar mensal de até três salários mínimos, representando 75.689.258 pessoas, em maio de 2020, no Cadastro Único (CadÚnico) de programas sociais do governo federal, com renda familiar per capita mensal de até meio salário mínimo. (BRASIL, [2020]) e no mesmo mês, 14.283.507 famílias encontravam recebendo o Bolsa Família. (BRASIL, [2020]).

Face à realidade de ampliação dos programas de transferência como mecanismo de proteção social torna-se necessário explicitar a existência de diferentes modalidades desses programas. Nesse sentido, consideramos essencialmente três modalidades: programas de transferência de renda focalizados, mas sem condicionalidades, entre os quais situa-se o Benefício de Prestação Continuada e o Benefício Emergencial; programas de transferência de renda focalizados e com condicionalidades, cujo exemplo de maior destaque é o Bolsa Família e a renda básica universal, podendo ser exemplificada pelo Alaska Dividendo⁸.

Na realidade e no debate mais recente dos programas de transferência de renda podemos observar significativa diminuição de programas de transferência de renda com condicionalidades. Seguindo essa tendência, o presente projeto propõe-se a focar nos programas de transferência de renda focalizados e na renda básica universal.

Os programas focalizados incluem alguns ou variados critérios para acesso, com maior destaque à renda, geralmente o foco é a população pobre, indivíduo ou família; a idade, podendo priorizar determinada faixa etária, como crianças, adolescentes, idosos, entre outros; localização de moradia, como meio rural, favelas, assentamentos; situações específicas como determinadas deficiências, entre outros possíveis critérios. Em resumo, esses programas impõem alguns ou variados critérios para acesso ao benefício disponibilizado.

Tomando, por exemplo, o Benefício Emergencial para ilustrar programas de transferência de renda focalizados, mas sem condicionalidades, são variados os critérios para definição do público alvo, acrescidos de outros critérios para acesso: ser microempreendedor individual; contribuinte individual ou facultativo do Regime Geral da Previdência Social; trabalhador informal inscrito no Cadastro Único do governo

⁸ Alaska Dividendo é um programa de renda básica mantido pelo Fundo Permanente do Alaska constituído por *royties* de petróleo, destinado a todos os habitantes há mais de 35 anos, fazendo desse Estado um dos dois menos desiguais dos Estados Unidos.

federal ou em cadastro junto à Caixa Econômica Federal e beneficiário do Bolsa Família. Ademais, esse público deve enquadrar-se nos seguintes critérios para acesso ao benefício: ter mais de 18 anos; renda per capita familiar de meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos; não ter tido rendimentos tributáveis em 2018 (28.559,70); no máximo, duas pessoas por família podem receber o benefício de R\$ 600,00, sendo que mulheres chefes de famílias têm direito a receber o benefício em dobro⁹.

Avaliando o público contemplado pelo Benefício Emergencial, o Tribunal de Contas da União (TCU) em dados divulgados no site <https://www.poder360.com.br/justica/tcu-diz-que-620-mil-pessoas-receberam-auxilio-emergencial-sem-ter-direito/>, consultado em 29/06/2020, informa que 276.452 pessoas sem atender aos critérios foram incluídas¹⁰, entre estas: pessoas com renda superior à determinada; mortos; presos e empresários, sem ser microempresários, sendo posteriormente divulgados números elevados de funcionários públicos e militares que receberam o benefício sem atenderem aos critérios de inclusão do programa. Ademais, há que considerar frequentes problemas que vêm sendo identificados para o acesso e na implementação do benefício. Para o acesso, o maior destaque é a existência de 7,4 milhões de pessoas elegíveis para receber o benefício que vivem em domicílios que não têm acesso à internet (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, apud UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020), acrescido das dificuldades com o manejo do aplicativo. Verificam-se problemas de planejamento para garantir distribuição adequada do benefício, gerando aglomerações com conseqüente ampliação da potencialidade de contágio;

9 Posteriormente, o público alvo do Benefício Emergencial foi ampliado pelo Projeto de Lei 873/2020 de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) com a inclusão de catadores de material reciclável, seringueiros, taxistas, mototaxistas, motoristas de aplicativos, manicures, diaristas e pescadores artesanais, permitindo também que mães adolescentes, mesmo com menos de 18 anos, recebam o benefício.

A Medida Provisória 936/2020, que instituiu o Benefício Emergencial, inicialmente previsto para ser concedido por três meses (abril, maio e junho), ampliou a concessão do Benefício por mais três meses (julho, agosto e setembro), sendo posteriormente estendido para dezembro de 2020. Todavia, essa nova ampliação instituiu critérios mais restritivos para o acesso. Além das regras previstas, acrescentou as seguintes restrições: exclusão de preso em regime fechado e de brasileiros residentes no exterior; foi mantida a idade mínima de 18 anos, exceto para adolescentes mães; foi também mantida a renda per capita de, no máximo, meio salário mínimo ou renda familiar total de até 3 salários mínimos; sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física foi considerada a declaração de 2020, com exclusão dos que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributáveis na fonte acima de R\$ 40 mil, ficando ainda de fora pessoas incluídas na declaração como dependentes; foi retirado do auxílio quem tinha, em 31 de dezembro de 2019, a posse ou a propriedade de bens e direitos em valor de R\$ 300 mil; sendo ainda excluído quem adquiriu vínculo de emprego com carteira assinada; quem obteve benefício previdenciário ou assistencial, como aposentadoria, BPC ou pensão por morte; foi, porém, mantida a acumulação do benefício para mulher chefe de família, todavia será a única a receber o benefício na família.

Os recursos orçamentários alocados para o Ministério da Cidadania para custear o Benefício Emergencial até dezembro é de R\$ 67,6 bilhões.

10 O TCU reafirma que o Auxílio Emergencial foi criado para auxiliar quem enfrenta dificuldades financeiras durante a pandemia de covid-19 –doença causada pelo novo coronavírus. Os beneficiários só podem ser aqueles que tenham renda individual de até R\$ 522,50 ou familiar de até R\$ 3.135.

dificuldades de acesso junto às agências pagadoras; falta de transparência na seleção do público demandante; informações desencontradas e atrasos nos pagamentos, além de demora no processo de análise de solicitações. (SILVA, 2020).

Consideramos que os problemas apontados são, em grande parte, decorrentes dos limites próprios dos programas focalizados: dificuldade de acompanhar o público selecionado a partir dos critérios previamente definidos; limites da gestão desses programas com destaque ao custo elevado e grande número de pessoas envolvidas; maior possibilidade de não atendimento aos critérios pré-estabelecidos; desvio; mal uso dos recursos e corrupção.

Buscando qualificar a concepção de renda básica, temos identificado que, no contexto de ampliação do debate nacional e internacional, a denominação renda básica tem sido usada, com certa frequência, para designar qualquer tipo de programa de transferência de renda, mesmo os programas focalizados, carecendo, portanto, aclarar sua concepção no âmbito do presente projeto.

Nesse aspecto, nosso entendimento conceitual de renda básica tem como fonte de referência as construções teórico-conceituais da Basic Income Earth Network (BIEN)¹¹, que conceitua a renda básica como uma transferência monetária periódica, em dinheiro, individual, universal e incondicional, sem testes de meios, independente de renda e do trabalho. Essa concepção é reafirmada por Standing (2017), que se refere à renda básica como uma transferência monetária destinada a alguém, permitindo essa pessoa viver em segurança, ter alimentação suficiente, ter acesso a serviços de educação e saúde, para participar na sociedade e permanecer acima da linha de pobreza. Entendemos que a concepção de renda básica, portanto, não prescinde, mas reafirma como complementação essencial a necessidade de ações universais de saúde, educação e segurança. Nessa mesma perspectiva, a Rede Brasileira de Renda Básica (2019?) destaca cinco características qualificadoras da Renda Básica: periodicidade, pagamento em dinheiro, individual, universal e incondicional, o que nos leva a adotar o termo Renda Básica Universal para denominar essa modalidade de programa de transferência de renda¹². Todavia, admitimos a existência de variadas propostas, mesmo de experiências, em diversos países denominadas de renda básica que apresentam diferenciação em vários aspectos, tais como: valores financeiros transferidos; periodicidade das transferências; fonte de financiamento; articulação com

11 A BIEN é uma organização internacional que vem formulando concepções e acompanhando e estimulando práticas da Renda Básica Universal ao redor do mundo.

12 Esse entendimento desconsidera o que, por vezes, vem sendo colocado e que Ferreira (2020) denomina de renda básica parcial, por apresentar alguns componentes da renda básica, menos sua universalidade, embora apresentem critérios de focalização, mas não indicam condicionalidades.

outras transferências e, na maioria, são experiências pilotos localizadas e focalizadas em determinados público¹³.

Em síntese, a renda básica é uma transferência monetária de caráter individual, universal, por ser destinada a todos, independente de testes de meios, incondicional, podendo os mais ricos devolverem o benefício recebido, por exemplo, mediante o seu imposto de renda.

Procurando identificar possíveis vantagens e desvantagens da Renda Básica Universal, consideramos que a universalidade do benefício simplifica a gestão dos programas; apresenta baixos custos de administração; proporciona transparência e reduz possibilidades de corrupção, além do caráter redistributivo desse formato de programa, podendo atender a necessidades dos mais vulneráveis.

Os críticos da Renda Básica Universal tendem a apontar como aspectos negativos o alto custo desses programas e o desincentivo ao trabalho. Sobre financiamento e custos, cada experiência pode encontrar fontes específicas sem onerar os orçamentos gerais. Guy Standing (2020) propõe que o Estado pode manter uma Renda Básica Universal utilizando-se inicialmente de políticas monetárias, por exemplo, instituindo, um fundo nacional de capital constituído e mantido por taxação sobre a riqueza e sobre danos causados por atividades nocivas para a ecologia, como imposto de carbono e outros combustíveis, devendo, a longo prazo, utilizar-se de políticas fiscais. Entre outras possibilidades, podemos destacar a destinação de percentuais de *royties* sobre gás, sobre o petróleo ou outros¹⁴, como o faz o Fundo Permanente do Alaska criado para financiar o programa de renda básica universal, denominado de Alaska Dividendo¹⁵. Em resumo, no âmbito de cada proposta de Renda Básica Universal devem ser identificadas as viabilidades de financiamento, possíveis e adequadas para cada realidade. Ademais, há que considerar que a Renda Básica Universal, enquanto programa de transferência monetária, tem potencial de dinamizar as economias locais, gerando maior demanda para o comércio e serviços, pagamentos de impostos, com conseqüente elevação de Produtos Internos Brutos, o que significa dizer que, em parte, esses programas, como também os programas focalizados, contribuem para seu autofinanciamento.

13 A propósito veja: Suplicy (2017); Torry (2019) e o site da Rede Brasileira da Renda Básica (Disponível em: www.rendabasica.org.br).

14 No Brasil seria oportuno, por exemplo, a utilização de percentual de *royties* do Pré-Sal, como o fez a presidenta Dilma Rousseff destinando para a educação. O *Pré-Sal* é uma área de reservas petrolíferas descoberta em 2006 sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho brasileiro.

15 Alaska Dividendo é um programa de renda básica mantido pelo Fundo Permanente do Alaska constituído por *royties* de petróleo, destinado a todos os habitantes há mais de 35 anos, fazendo desse Estado um dos dois menos desiguais dos Estados Unidos.

Sobre a possibilidade de desincentivo ao trabalho, se considerado que o valor da transferência monetária de um programa de renda básica seja suficiente para manutenção de condições de vida aceitáveis para todos, ou seja, que todos tenham garantida sua sobrevivência,

a Renda Básica Universal pode, sim, desincentivar o trabalho, mas o trabalho precário, degradante e escravo, muito ainda presente na sociedade brasileira (e latino-americana). Isso porque o público beneficiário conquista uma margem de possibilidade de negociar seus direitos, o que entendo como mérito desses programas (SILVA, 2020, p. 5).

Por conseguinte, o foco temático para construção do objeto da investigação indicada no presente projeto são os programas de transferência de renda focalizados e a Renda Básica Universal, conforme concepções acima apresentadas.

Por conseguinte, as reflexões anteriores apontam, sobretudo a partir de 1980, a historicidade da ampliação do debate e da implantação de experiências cujo benefício é uma transferência monetária para indivíduos ou famílias situadas no campo da proteção social não contributiva. Essa realidade vem se tornando prevalente (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011) em termos internacionais e, especificamente, na América Latina e no Brasil com intensificação no contexto da crise sanitária, econômica e social decorrente da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, identificamos a instituição de programas massivos como é o caso do Benefício Emergencial no Brasil que chega a alcançar mais de 60 milhões de pessoas. Também nesse contexto vem se ampliando o debate sobre a Renda Básica Universal (LAIN; REVENTÓS; ALABAO (2020), TORRY (2020), BOLLAIN; GUANCHE (2020). STANDING (2020)

No caso do Brasil, verificamos que as fragilidades e problemas evidenciados na implementação do Benefício Emergencial estão recolocando o debate sobre a renda básica, debate esse iniciado pelo vereador Eduardo Suplicy do PT há cerca de trinta anos, contribuindo para, em 8 de janeiro de 2004, ser sancionado pelo Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o *Programa Renda Básica de Cidadania*, tendo como proposta disponibilizar para todos os brasileiros e estrangeiros legais residentes no país há mais de cinco anos, um benefício suficiente para atender a despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, saúde e educação. Em 2019, é implantada a Rede Brasileira de Renda Básica. Nesse processo,

a renda básica universal e permanente, considerada por muitos uma utopia, vem se ampliando no debate internacional e nacional e se concretizando mediante algumas propostas, embora muitas dessas propostas não expressem a concepção e a possibilidade de uma Renda Básica Universal, mas estão despertando interesses de investigadores e economistas orientados por diferentes vertentes. (SILVA, 2020)¹⁶

16 Entre as propostas em curso no Brasil, temos: **Renda Básica Permanente**: Projeto de Lei 873/2020 de autoria do senador Randolfo Rodrigues (Rede-AP); **Renda Básica de Cidadania**: Projeto de Lei nº 2742/2020 de autoria do Senador José Serra (PSDB SP); **Renda Básica Brasileira**: Projeto de Lei nº 3023/2020 de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) e **Renda Básica que Queremos**: Projeto de Lei 3503/2020 de autoria do deputado João Campos (PSB-PE), além da instituição da Frente Parlamentar pela Renda Básica com a participação de 23 dos 24 partidos políticos que compõem a

Além dos projetos de lei apresentados à Câmara e ao Senado Federal, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, está estruturando um programa denominado de Renda Brasil em substituição ao Bolsa Família. Trata-se de um processo fechado no âmbito do Ministério da Economia, sem qualquer discussão com a sociedade organizada, com o legislativo e com os profissionais que historicamente integram e integraram o Bolsa Família. Além das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, propõe inserir os trabalhadores informais beneficiários do Auxílio Emergencial, mas com o impedimento de que as famílias recebam mais de um benefício social. O benefício mensal previsto é de 250,00 a 300,00, cujo objetivo é unificar diversos programas (salário família e abono salarial) e o Benefício Emergencial, sendo destinado a pessoas com renda menor que o salário mínimo. Ficam postas duas motivações na criação do Renda Brasil: intenção de o governo Bolsonaro eliminar a denominação de Bolsa Família por ser este o programa social de mais ampla dimensão já implantado no Brasil nos governos do PT e implementado com alta aprovação da população pobre (SILVA, 2020); intenção de desmobilizar o amplo debate travado por organizações e pelo parlamento brasileiro em torno da renda básica universal ou de programas massivos de transferência de renda focalizados para enfrentar a ampliação das desigualdades, da pobreza e do desemprego no Brasil em razão da pandemia da Covid-19. Ademais, a baixa popularidade do governo Bolsonaro requer medidas amplas e de aceitação por parte de grande contingente da sociedade brasileira para manter sua governabilidade. Partindo das reflexões acima sobre qualificação e problematização da transferência monetária enquanto mecanismo de proteção social na conjuntura mundial e especificamente na América Latina e no Caribe, a partir de março de 2020 com a crise sanitária, econômica e social da Covid-19, no espaço do presente projeto levantamos as seguintes questões:

Como vem ocorrendo a ampliação do **debate** e a **implantação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal** no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Quem é o **público alvo** das propostas e os **beneficiários** dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal implantados no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19 (famílias, indivíduos, determinados segmentos), especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Quais são os **critérios de inserção** adotados por esses programas no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

No debate e na implantação de algum programa de transferência de renda focalizado no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, é incorporado algum tipo de **condicionalidade e controle** sobre a adaptação de comportamentos de indivíduos ou famílias como prevenção à epidemia?

Quais as concepções de **trabalho, pobreza, focalização e universalização** que orientam o debate e fundamentam os programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal implantados no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Quais os **objetivos** que orientam propostas e programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em implementação no contexto da pandemia da Covid-19 e da pós-pandemia, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Quais os valores dos **benefícios monetários** e a articulação desses benefícios **monetários** com outros **benefícios não monetários** dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Qual o **desenho e os mecanismos de gestão** utilizados pelos programas de transferência de renda focalizados e pelos programas de renda básica universal em implementação no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

Quais as **fontes e possíveis montantes dos valores financeiros** para manutenção dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em implementação no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

É possível dimensionar indicações de **possíveis impactos** dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em implementação em relação ao público beneficiário e à realidade econômica, política e social no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil?

4 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA PARA INVESTIGAÇÃO

O problema central para investigação é constituído por programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal, situados no contexto da crise sanitária, econômica e social em decorrência da covid-19, tendo como espaço geográfico países da América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, a serem selecionados a partir de critérios indicados na proposta metodológica; como referência temporal o período considerado será o de 2020 a 2023, incluindo o contexto da pandemia e da pós-pandemia. Toma como dimensões para investigação: debate, propostas e implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal; público alvo das propostas e os beneficiários dos programas em implementação e critérios para sua inclusão; incorporação de algum tipo de condicionalidades e controles sobre a adaptação de comportamentos de indivíduos ou famílias como prevenção a epidemia e da pós-pandemia; concepções de trabalho, pobreza, focalização e universalização que orientam o debate e fundamentam esses programas; objetivos; benefícios monetários e articulação com outros benefícios; financiamento (fontes e montantes de recursos) dos programas; desenho e mecanismos de gestão e possíveis impactos decorrentes, em relação ao público beneficiário e à realidade econômica, política e social.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Identificar, sistematizar, problematizar e divulgar a dinâmica histórica, o debate, a formulação de propostas e implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em países da América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023, no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19, enquanto resposta à ampliação das desigualdades, da pobreza, incremento do desemprego, do trabalho informal e perda de renda, com foco nas dimensões indicadas no problema da investigação.

5.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e problematizar a **dinâmica histórica e o contexto socioeconômico e político** onde vem ocorrendo a ampliação do debate e a implantação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
- b) Identificar e analisar o **público alvo** das propostas e os **beneficiários** dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal,

- especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
- c) Identificar e analisar os **critérios de inserção** indicados nas propostas e nos programas de transferência de renda focalizados e em programas de renda básica universal, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - d) Identificar e analisar no debate e na implantação de algum programa de transferência de renda focalizado no contexto da pandemia da Covid-19, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023, a incorporação de algum tipo de **condicionalidades e controles** sobre a adaptação de comportamentos de indivíduos ou famílias como prevenção a epidemia?
 - e) Identificar e problematizar as concepções de **trabalho, pobreza, de focalização** e de **universalização** que fundamentam as propostas e os programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - f) Identificar e problematizar os **objetivos** que orientam as propostas e os programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - g) Identificar e problematizar o montante dos **benefícios monetários** e a articulação desses benefícios com outros benefícios não monetários nas propostas e nos programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - h) Identificar e problematizar o desenho e os mecanismos utilizados na **gestão** pelos programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal em implementação, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - i) Identificar e problematizar fontes e montantes dos valores financeiros dos **orçamentos** anuais nos programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal em implementação, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023;
 - j) Identificar e problematizar indicações de **possíveis impactos** dos programas de transferência de renda focalizados e programas de renda básica universal em implementação em relação ao público beneficiário e à realidade econômica,

política e social, especificamente na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, no período 2020 a 2023.

5 PROPOSTA METODOLÓGICA

6.1 O Método e as Abordagens (quantitativa, qualitativa)

A pesquisa aqui proposta tomará como referência teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético e, assim sendo, adotará como entendimento de que o movimento de elaboração teórica, ao invés de partir daquilo que os homens dizem e imaginam ou dos homens narrados e pensados, deve tomar por base os homens realmente ativos, no seu processo real de vida, para, então, apreender o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. Isto por que

“Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1977, p. 23)

Nessa perspectiva, a abstração, embora se constitua em um momento necessário, não esgota o movimento de elaboração teórica, posto que não dar conta das especificidades, das determinações diferentes e divergentes, que possibilitam, no plano do pensamento, a apreensão e a reprodução da realidade objetiva, a qual é em si mesma dinâmica e contraditória. Isso posto, para Marx (1987, p.16), o método “cientificamente exato, portanto, deve visar sempre ao concreto, que é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso”. Ainda segundo o autor,

(...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas esse não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto (...). O objeto real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro (...) (MARX, 1987, p.17)

A essência do método materialista histórico-dialético está fundada em três categorias centrais, quais sejam: historicidade, totalidade e contradição.

A historicidade é considerada por Marx o ponto de partida indispensável de todo processo de elaboração teórica que pretenda apreender o desenvolvimento do ser social em toda a sua complexidade. Trata-se, para o autor, de compreender a história das relações reais vividas pelos homens, as quais se baseiam em suas relações materiais. Estas, por seu turno, devem ser entendidas como historicamente determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Já a totalidade é definida pelo autor como a síntese de múltiplas determinações, de contradições que interagem entre si. Seus elementos constitutivos não são partes

isoladas cuja soma forma um todo. Eles se relacionam reciprocamente de tal forma que nenhum deles pode ser entendido sem se considerar a sua integração com o todo.

A contradição, por sua vez, é a categoria da dialética materialista de Marx que a torna revolucionária. Isto porque sendo um elemento constitutivo das relações que se estabelecem em uma sociedade, a contradição somente pode ser eliminada mediante a extinção dessas relações. Porém, é nela que reside o germe da luta, que levada às últimas consequências, conduz à transformação da sociedade. Ela é, portanto, o motor da história.

Sustentado nessas três categorias, o método marxiano, ao mesmo tempo em que representa o movimento de elaboração teórica em busca da apreensão de uma determinada realidade social, torna-se um instrumento de sua transformação, porquanto possibilita desvendar a sua essência, fonte das suas contradições.

Nessa perspectiva, ao utilizar o método marxiano como referência, o pesquisador analisa os fatos, tentando, apreender os liames que dão sentido ao real, vislumbrando categorias, noções ou formas de consciência que nascem uma das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas. Para tal, em processos investigativos, é possível combinar abordagens qualitativas e quantitativas, entendendo-se que estas expressam em números o reconhecimento de que uma parte da realidade pode ser medida e a análise qualitativa detalha e aprofunda as implicações advindas desse conhecimento para aproximação do pesquisador com a essência do ser social investigado.

6.2 Pressupostos Teórico-Methodológicos

A pesquisa proposta será orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos abaixo indicados:

- a) A realidade social é complexa e só se deixa compreender a partir de movimentos conscientes, sistemáticos e demorados, numa busca de desvendar a essência dessa realidade, expressa pelas suas determinações e contradições;
- b) Qualquer esforço de investigação sobre a realidade social requer o envolvimento dos sujeitos responsáveis pelo processo considerado;
- c) A aproximação desses sujeitos carece de preparação e demanda compromisso com a situação em foco e com esses sujeitos;

- d) As produções anteriores, sobre a realidade estudada, devem ser consideradas como ponto de partida do conhecimento, mas o avanço desse conhecimento requer uma aproximação sistemática com a realidade a ser conhecida;
- e) A objetivação exigida pelo processo de conhecimento é produto de esforço consciente e deliberado e da utilização de procedimentos metodológicos adequados ao estudo das diferentes realidades;
- f) O desenvolvimento de qualquer processo de investigação social gera compromisso com mudanças na realidade em foco.

6.3 Categorias teóricas de fundamentação dos programas de transferência de renda: trabalho, pobreza, focalização, universalização

As categorias trabalho, pobreza, focalização e universalização assumem centralidade como dimensões constitutivas de estudos e pesquisas acerca de programas de programas de transferência de renda visto que tais categorias fundamentam a proposição e implementação desses programas.

O presente projeto de pesquisa, ao preconizar o estudo do debate e a formulação de propostas de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal em países da América Latina e Caribe, com destaque o Brasil, orienta-se pela perspectiva totalizante de inspiração teórico-crítica que compreende os processos sociais como resultantes de relações sócio-históricas que se dinamizam e se configuram em determinados contextos.

Nessa perspectiva, a concepção de **trabalho** adotada se refere à tradição marxista entendido como categoria ontológica, mediação fundamental das relações sociais e elemento estruturante da sociabilidade humana. (RAICHELIS; LIMA, 2016, p. 113)

Em termos conceituais, o trabalho concreto é aqui entendido como “[...] a relação dos homens transformando a natureza, mediante a utilização dos seus atributos físicos e mentais, com vistas à produção de bens que satisfaçam às necessidades de consumo historicamente construídas” (DUAILIBE, 2010, p. 14).

Marx (1982) introduziu o conceito de força de trabalho distinguindo-o do conceito de trabalho, o que constituiu a base para a construção da sua teoria da mais-valia e o seu mais importante avanço em relação à Teoria do Valor herdada da Economia Política Clássica.

Segundo o autor, na sociedade capitalista, a força de trabalho assume a forma de mercadoria, sendo a relação entre os capitalistas – detentores dos meios de produção – e os trabalhadores – que detêm exclusivamente sua força de trabalho para a venda

no mercado – a relação social fundamental sobre a qual se estrutura esse modo de produção. Trata-se, na concepção de Marx, do trabalho alienado, produtor de mais-valia. (RAICHELIS; LIMA 2016 p. 113)

De fato, para o autor, a força de trabalho se constitui em uma mercadoria cuja particularidade é a sua capacidade de produzir um valor sempre superior ao que nela é incorporado, posto que possui um valor de uso, correspondente ao trabalho que é capaz de produzir, superior ao seu valor de troca, determinado pelo seu custo de produção.

Ainda segundo Marx, a mercantilização da força de trabalho pressupõe a sua livre mobilidade em dois sentidos: no sentido positivo, por esta pertencer ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; e no sentido negativo, expresso pela ausência de alternativa a não ser a sua venda no mercado. (GAUDEMAR, 1977, p.189-190)

Isso posto, na visão marxiana, são necessários três momentos para a existência do capitalismo: a produção da força de trabalho, ou seja, a constituição do proletariado, não como a expressão de uma lei natural nem como fruto do acaso; a sua utilização no processo produtivo e conseqüente submissão às exigências do capital, de acordo com as formas e transformações da organização do processo de trabalho; e a sua circulação e submissão às exigências do mercado, à mercê do capital e das suas crises periódicas. (GAUDEMAR, 1977, p. 193-194)

Com efeito, em relação ao último aspecto mencionado, duas tendências simultâneas e contraditórias convivem no capitalismo. Por um lado, a luta do capital para controlar a maior parte possível de trabalho vivo de modo a aumentar a massa potencial de mais-valia; por outro, o impulso em direção à mais-valia relativa induz o capital a colocar como supérfluos muitos desses trabalhadores. Portanto, atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo desenvolve uma lei da população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada, mas num momento seguinte é parcialmente transformada em superpopulação relativa à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro.

Elucidando tal tendência, ao abordar a Lei Geral da Acumulação Capitalista, no Capítulo XXIII da sua obra O Capital, Marx afirma:

(...) à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1985, p. 203).

Trata-se, portanto, de uma lei que está no cerne da explicação para a tendência concentradora do capital e da riqueza socialmente produzida, inerente ao modo de produção capitalista.

Por sua vez, **pobreza** como categoria de análise é compreendida como expressão da questão social, como processo sócio-histórico determinado a partir das contradições fundantes entre as classes sociais no contexto das sociedades capitalistas, vista a partir do seu caráter estrutural, como questão complexa, dinâmica, expressa em diversas dimensões, econômica, política, cultural. Isto significa pensar a pobreza para além da dificuldade de acesso a bens materiais, mas como uma problemática que se caracteriza também por um conjunto de carências e ausências socialmente impostas: direitos, oportunidades, informações, possibilidades e esperanças (MARTINS, 1991).

O Brasil tem seu processo de formação marcado pela produção extrema de desigualdades em contraposição a graus elevados de concentração de renda, propriedade e poder. A pobreza é inerente à estrutura social brasileira caracterizada pela adoção de um modelo econômico excludente que tem afetado os trabalhadores como indivíduos e como classe que tem sua reprodução social condicionada à venda da força de trabalho (SOTO, 2013) e à luta cotidiana pela garantia de condições mínimas de sobrevivência. Em decorrência, o desenvolvimento do país é historicamente atravessado por problemas estruturais de desemprego, analfabetismo, fome, precarização e insalubridade das moradias, saúde debilitada, dentre outros, que limitam e fragilizam as condições de vida dos segmentos impelidos a vivenciar a pobreza.

Esse quadro tem se agravado a partir dos anos 1990 quando o país imerge no modelo neoliberal, capturado pela hegemonia do capital financeiro, e se intensifica mediante deferimento de golpe parlamentar, midiático e jurídico no ano de 2016 com o adensamento da agenda neoliberal articulada ao projeto conservador liderado pelos grupos dominantes caracterizados como direita/extrema direita. Vive-se um contexto de nova expressão da ordem capitalista, caracterizado por mudanças que afetam o mundo do trabalho aprofundando as desigualdades sociais e a concentração de renda. As consequências têm sido destrutivas expressas em níveis insuportáveis de exploração, aviltamento e subalternização de segmentos cada vez mais empobrecidos.

A pobreza a despeito de ser constitutiva da história brasileira não tem sido disponibilizado recursos suficientes para o seu enfrentamento. Neste aspecto, Telles (1993) e Chauí (1994) reafirmam a matriz autoritária e oligárquica que inviabiliza o reconhecimento dos direitos como parâmetros no ordenamento econômico e político,

bem como a aversão a princípios democráticos e igualitários. Estes elementos propiciam ambiente favorável às pautas neoliberais, sobretudo em contexto de crise generalizada: humanitária, civilizatória, econômica, ambiental, política e mais recentemente sanitária com a pandemia da Covid-19.

O contexto de crise expõe o agravamento da questão social determinado por décadas de neoliberalismo, com aprofundamento das desigualdades sociais, aumento da pobreza e urgência por respostas, particularmente, oriundas do poder público, sob responsabilidade do Estado. E aqui tem-se um paradoxo: responsabilização do poder público ante movimento ofensivo de privatização do espaço público com decorrente restrição das políticas públicas de enfrentamento da questão social. Tem-se, ainda o deslocamento da categoria pobreza de seu caráter estrutural para o individual, bem como a transmutação do caráter universal das políticas públicas sociais para o caráter focal. Isto sinaliza bem mais do que simples mudanças de nomenclatura. Sinaliza também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro (YAZBEK, 2009).

Focalização e universalização são também categorias que constituem dimensões centrais na configuração dos programas de transferência de renda e integram um debate contextualizado. Nas disputas que marcaram as propostas de proteção social, o debate sobre a focalização se dá em confronto crítico com a universalização, de forma que a discussão acerca das políticas sociais tem sido polarizada por duas formas de política social, a focalizada e a universal.

No contexto neoliberal o debate acerca da focalização é permeado por tensões e dissensões, orientado por compreensões teóricas diversas, sendo entendido a partir de sua articulação com a categoria universalização, sem necessariamente se opor a esta. Silva (2001) pontua que a categoria universalização é posta no debate internacional no contexto da instituição dos sistemas de proteção social consolidados a partir dos anos 1940, a exemplo dos denominados Estados de Bem Estar Social de caráter universal com o objetivo de estender determinadas políticas e programas sociais, principalmente de educação e saúde, a todos os cidadãos no âmbito das promessas de pleno emprego no sentido de assegurar condições de vida minimamente dignas a todos.

O debate sobre a universalidade como categoria histórica e dinâmica prevaleceu no âmbito das políticas sociais até meados da década de 1970 enquanto perdurou a

extensão dos direitos sociais mediante a canalização para as instituições políticas, de conflitos e demandas sociais no contexto do modelo keynesiano fordista. Contudo, a crise desse modelo econômico, suscitou questões relativas ao aumento do déficit público, desestimulou o trabalho e a competitividade, com redução da capacidade de poupança e o excedente de capital para ser reinvestido na produção além de geração de inflação e limitação das liberdades humanas. O projeto neoliberal vem como resposta ao enfrentamento dessa crise. Para os neoliberais os Estados de Bem-Estar Social limitam as energias sociais, deformam o mercado e geram inflação porque impedem que a iniciativa privada participe do desenvolvimento social.

No contexto das políticas neoliberais, aumentam as pressões para adoção de programas sociais focalizados em populações pobres e extremamente pobres, justificado, por considerarem o déficit público como a principal causa da crise econômica. Assim a necessidade de equilíbrio fiscal, mediante contenção de gastos públicos, é posta em pauta de modo que os programas sociais foram amplamente atingidos, por exigência de adoção de políticas sociais focalizadas, orientadas para o desenvolvimento de medidas meramente compensatórias. A preocupação era atenuar os efeitos dos programas de ajuste estrutural e seus impactos sobre os segmentos mais pobres e sobre os trabalhadores inseridos nas indústrias tradicionais. Numa conjuntura de enfraquecimento da luta dos trabalhadores, focada em mantê-los num mercado de trabalho em reestruturação, flexível e mais restrito, a luta pela universalização de direitos sociais, maior expressão política dos movimentos sociais no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970, é também fragilizada (SILVA, 2014).

A concepção de focalização desenvolvida no contexto do neoliberalismo, sob a referência teórica do liberalismo econômico e da matriz teórica conservadora, despolitiza e reduz a focalização a uma questão operativa instrumental, portanto meramente técnica, cujo objetivo é separar, selecionar e priorizar atenção nos segmentos marginalizados do mercado formal de trabalho. Orienta-se pela justiça de mercado, desconsiderando as relações sociais geradoras da pobreza e da riqueza, centrando a pobreza como responsabilidade dos indivíduos e de suas famílias.

Com essa concepção liberal da focalização, a universalização é transfigurada e a função redistributiva é substituída por ações residuais e compensatórias, situando o debate sobre a focalização num campo abstrato que desconsidera os processos histórico-sociais de caráter estrutural geradores da pobreza e da riqueza em determinados contextos sócio-históricos.

Assim concordamos com a concepção desenvolvida por Silva (2014) que destaca a focalização articulada a universalização enquanto responsabilidade do Estado, sendo orientada pelas necessidades sociais e não pela rentabilidade econômica; exigindo complementaridade entre a política social e a política econômica; ampla cobertura; qualidade dos serviços; estruturas institucionais adequadas; pessoal qualificado e cobertura integral. Nessa compreensão, a focalização é situada num campo denominado de universalização relativa, por considerar que todos os segmentos que demandam proteção especial devem ser incluídos (SILVA, 2001).

6.4 Modalidades configurativas para o desenvolvimento da pesquisa

6.4.1 Mapeamento dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal nos países da América Latina e Caribe

O mapeamento de programas será desenvolvido nos países da América Latina e Caribe, tendo por propósito identificar os países dessas regiões com programas **pré-existentes ao Covid-19 e programas em implementação instituídos para atender às consequências da Covid-19.**

As informações a serem registradas são as seguintes: nome do país, nome do Programa em implementação, público alvo e beneficiários para os programas em implementação; valor do benefício e objetivos dos programas em implementação identificados.

Os procedimentos de pesquisa a serem utilizados serão basicamente levantamento bibliográfico e documental, utilização de dados secundários e acesso a sites e informações disponibilizadas por redes de pesquisa.

Conforme o **Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe Impacto económico y social** <https://www.cepal.org/es/temas/covid-19>, a América Latina e o Caribe são constituídos dos seguintes países:

América Latina o Latinoamérica

(países con lenguas derivadas del latín: español, portugués y francés)

1. Argentina,
2. Bolivia,
3. Brasil,
4. Chile,
5. Colombia,
6. Costa Rica,
7. Cuba,
8. Ecuador,
9. El Salvador,
10. Guatemala,

11. Honduras,
12. México,
13. Nicaragua,
14. Panamá,
15. Paraguay,
16. Perú,
17. Puerto Rico,
18. República Dominicana,
19. Uruguay
20. Venezuela
21. Haití
22. Puerto Rico

Caribe

1. Antigua y Barbuda
2. Aruba
3. Bahamas
4. Barbados
5. Cuba
6. Dominica
7. Grenada
8. Guadalupe
9. Haití
10. Islas Caimán
11. Islas Turcas y Caicos
12. Islas Vírgenes
13. Jamaica
14. Martinica
15. Puerto Rico
16. República Dom Tinicana
17. San Bartolomé
18. San Cristóbal y Nieves
19. San Vicente y las Granadinas
20. Santa Lucía
21. Trinidad y Tobago

6.4.2 Realização de estudo exploratório

O estudo exploratório será desenvolvido a partir do mapeamento nos países da América Latina e Caribe onde forem identificados programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal **pré-existentes à Covid-19 e programas em implementação, instituídos para atender às consequências da Covid-19.**

O Conteúdo do estudo exploratório deve abranger os seguintes aspectos:

- a) Apresentação e problematização da **conjuntura socioeconômica**, com destaque à atualidade e apresentação e problematização do **Sistema de Proteção Social** em curso nas Regiões estudadas: América Latina e Caribe;
- b) **Caraterização geral** dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal (considerar a concepção indicada no projeto). A

caracterização deve abordar as variáveis abaixo indicadas, mesmo que em caráter geral:

- **Público alvo e beneficiários** dos programas em implementação e critérios para sua inclusão;
- Incorporação de algum tipo de **condicionalidades e controles** sobre a adaptação de comportamentos de indivíduos ou famílias como prevenção a epidemia e pós-pandemia;
- **Objetivos**;
- **Benefícios** monetários e articulação com outros benefícios;
- **Duração do programa**;
- **Financiamento** (fontes e montantes de recursos) dos programas.

Os procedimentos de pesquisa a serem utilizados no estudo exploratório serão levantamento bibliográfico e documental, utilização de dados secundários, acesso a sites e informações disponibilizadas por redes de pesquisa, bem como levantamento de informações e entrevistas com sujeitos diretamente envolvidos na formulação de propostas e na implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica, nos respectivos países.

Deve ser elaborado relatório fundamentado e consubstanciado do estudo exploratório realizado em cada país, devendo esses relatórios servirem de material para elaboração de um relatório geral.

6.4.3 **Estudo em profundidade** de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal **pré-existentes ao Covid-19** e de **programas instituídos para atender às consequências da Covid-19**

A partir do estudo exploratório, serão selecionados países para realização de estudo em profundidade, considerando, a princípio, em todo ou em parte, os seguintes critérios: existência de um sistema de proteção social organizado e atuante; existência de algum programa de transferência de renda em implementação anterior à epidemia da Covid-19 e implantação de programas ou medidas emergenciais para enfrentamento da pandemia da Covid-19, em caráter temporário ou permanente no período da pandemia e pós-pandemia.

O conteúdo a ser considerado no estudo em profundidade deve contemplar, de modo mais amplo e abrangente, os mesmos aspectos considerados em termos gerais no estudo exploratório, acima especificados e indicados abaixo, com inclusão dos seguintes

aspectos: Concepções de **trabalho, pobreza, focalização e universalização** enquanto categorias teóricas que orientam o debate e fundamentam esses programas; **Desenho** e mecanismos de **gestão e possíveis impactos** decorrentes, em relação ao público beneficiário e à realidade econômica, política e social.

- a) Apresentação e problematização da conjuntura socioeconômica, com destaque à atualidade, de cada país e do Sistema de Proteção Social em curso;
- b) Caracterização dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal (considerar a concepção indicada no projeto);

- **Público alvo e beneficiários** dos programas em implementação e critérios para inclusão;

- Incorporação de algum tipo de **condicionalidades e controles** sobre a adaptação de comportamentos de indivíduos ou famílias como prevenção a epidemia e pós-pandemia;

- **Objetivos**;

- **Duração dos programas**;

- **Benefícios** monetários e articulação com outros benefícios;

- **Financiamento** (fontes e montantes de recursos) dos programas.

Os procedimentos e técnicas a serem utilizados para o desenvolvimento do estudo em profundidade dos programas de transferência de renda focalizados e renda básica universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da covid-19 na América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil, serão as seguintes:

- a) **Levantamento Bibliográfico; levantamento documental e uso de dados secundários**: nesse aspecto serão consideradas publicações, documentos e estudos desenvolvidos tendo em vista contextualizar o estado da arte e a realidade dos programas de transferência de renda focalizados e de renda básica em nível internacional, com especial foco na América Latina e Caribe com destaque ao Brasil;
- b) **Realização de mapeamento de países da América Latina e Caribe** para identificação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da covid-19;
- c) Realização de **estudo exploratório** sobre a implementação de programas de transferência de renda e de renda básica universal anterior, durante e pós-

pandemia da Covid-19 em países selecionados da América Latina e Caribe, com destaque ao Brasil;

- d) Levantamento de informações e de produções disponibilizadas em sites e redes de pesquisa** de instituições dedicadas ao debate, elaboração de conteúdos teórico-conceituais e acompanhamento de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica universal;
- e) Realização de Entrevistas semiestruturadas** com sujeitos diretamente envolvidos na construção de concepções, no debate, na formulação de propostas e na implementação de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica. Esses sujeitos serão selecionados em diversos países, tendo como critérios: envolvimento consistente com a temática desses programas e a viabilidade e disponibilidade dos convidados para participar das entrevistas, que serão realizadas por escrito ou de forma remota, com uso de recursos da internet.

6.5 Corte Temporal: para realização da pesquisa é proposto inicialmente o período 2020 a 2023, cobrindo a expansão da pandemia da Covid-19 e possivelmente o período de declínio ou interrupção dessa epidemia, período pós-pandemia, quando já se possa ter uma vacina para atendimento massivo das populações dos diversos países.

6.6 Procedimentos de sistematização das atividades de pesquisa e realização de trabalho remoto com as (os) pesquisadores (as)

Para garantir os encaminhamentos da pesquisa, a unidade dos trabalhos e a troca de experiências, serão considerados dois procedimentos:

- a) As principais atividades da pesquisa serão realizadas sob orientações, elaboradas previamente a partir de discussões com a equipe central da pesquisa, buscando garantir interlocução na sistematização dos produtos da pesquisa. Isso para garantir unidade no desenvolvimento dos trabalhos e na elaboração de produtos, visto tratar-se de um trabalho de investigação que envolve pesquisadores de três países e universidades diferentes.
- b) Considerando possíveis dificuldades financeiras para realização de Missões de Pesquisa presenciais com a participação das (os) pesquisadoras (es), serão adotados procedimentos remotos periódicos para discussão e realização de trabalhos coletivos envolvendo toda a equipe ou parte de seus membros, em conformidade com a agenda dos trabalhos em processo. Todavia, será

desenvolvido todo esforço para realização de uma Missão de Pesquisa anual em uma das sedes das equipes de pesquisadoras (es) com a participação de toda a equipe local e pelo menos uma (um) pesquisadora (r) das demais equipes.

7 INFORMAÇÕES SOBRE AS PESQUISADORAS (ES) DA EQUIPE CENTRAL DO PROJETO

A equipe central do projeto será inicialmente composta por pesquisadoras (es) do Brasil dos quadros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), da Argentina e do Uruguai, conforme composição indicada a seguir. Todavia, no decorrer da implementação da investigação, poderão ser incluídas (os) outras (os) pesquisadores (as) e alunos (as) de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) que terão participação especificadas no projeto, preferencialmente a quem tenha interesse de elaborar Trabalho de Conclusão de Curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado no âmbito do projeto.

7.1 Pesquisadoras da Equipe do UFMA/Brasil

- a) Maria Ozanira da Silva e Silva**, proponente coordenadora e participante da execução do projeto

Formação Acadêmica: cursou mestrado em administração e planejamento na Western Michigan University, Estados Unidos (1972-1973). É doutora em Serviço Social, com área de concentração em políticas sociais e movimentos sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983-1987). Desenvolveu estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (1996/1997).

Posição Acadêmica atual: Pesquisadora Nível IA do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. É professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br).

Publicações Científicas: É autora ou co-autora dos seguintes livros publicados pela Cortez Editora de São Paulo: A política habitacional brasileira: verso e reverso (1989); Refletindo a pesquisa participante, 2. ed. (1991); Formação profissional do assistente social, 2. ed. (1995); Renda mínima e reestruturação produtiva (1997) e O Serviço Social e o popular, 7. ed. (2011). Coordenadora e co-autora dos seguintes livros também publicados pela Cortez Editora: Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil (2001); Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil (2005); Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo, 3. ed. (2012); Política Social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda, 6. ed. (2012); O Bolsa Família no

enfrentamento da pobreza no Maranhão e Piauí, 2. ed. (2013); Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos, 2. ed. (2013); O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento, 5. ed.

(2017), Os Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe (2014). É também coordenadora e coautora de livros publicados pela Veras Editora de São Paulo: Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática, 2. ed. (2005); Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos, 2. ed. (2013) e do livro Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza (EDUFMA, 2013); Mito y Realidad en el enfrentamiento de la pobreza en América Latina. Estudio comparado de los Programas de Transferência de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay. Buenos Aires: Editora Spacio, 2018; Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidade e especificidades, São Paulo: Cortez, 2019; O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento. São Paulo: Cortez, 2019.

Membro do Corpo Editorial e Revisora de Revistas Científicas: é membro do corpo editorial e revisora das seguintes Revistas de abrangência nacional e internacional: Revista de Políticas Públicas, Revista Serviço Social & Sociedade, Revista Katalysis, Revista Em Pauta, Revista Ser Social, Revista o Público y el Privado, International Journal of Action Reserch e Revista Sociedad Y Equidad.

Atuação na Administração Acadêmica e na pós-graduação: Implantou e Coordenou o Planejamento Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão em 1973. Foi Pro-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis na Universidade Federal de Maranhão (1973-1974); Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social (1980-1982). Foi chefe do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão em dois mandatos e coordenadora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, em diversos mandatos, no período 1993 a 2011, tendo coordenado o grupo de criação e implantação do mestrado em 1993 e o grupo de reestruturação do referido mestrado, culminando com a criação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, incluindo o Doutorado em Políticas Públicas, em 2001. Foi representante Adjunta na Área de Serviço Social na (CAPES), nos períodos 2001-2004 e 2005-2007, tendo participado de todas as avaliações trienais da CAPES no período 1999 a 2013.

Orientação Acadêmica: orientou inúmeras monografias de conclusão de cursos de graduação e especialização e vários trabalhos de Iniciação Científica; orientou 18 dissertações de mestrado e coorientou uma; orientou 16 teses de doutorado e coorientou 02 e foi supervisora de 04 estágios de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Atuação no campo da Pesquisa: Entre 1991 a 2018 coordenou 21 projetos de pesquisa. Atualmente coordena 1 projeto de pesquisa, todos na área de Políticas Públicas, a maioria, com ênfase na Avaliação de Políticas e Programas Sociais, atuando principalmente nos seguintes eixos temáticos: Pobreza, Políticas Sociais, destacando a Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda. Foi membro titular do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social no CNPq em dois mandatos, nos períodos 2003/2005 e /2008/2011. É pesquisadora Nível I A do CNPq e coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP, www.gaepp.ufma.br).

Atividades na Docência: Ministrou no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão as seguintes disciplinas: Planejamento Social, Desenvolvimento de Comunidade, Pesquisa em Serviço Social, Teoria de Serviço Social e Política Social. No Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas ministrou ou ministra as seguintes disciplinas: Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas, Metodologia de Avaliação de Políticas e Programas Sociais e Sistemas de Proteção Social no Brasil e na América Latina.

Premiações recebidas

Recebeu as seguintes premiações:

FAPEMA: Mérito Institucional / Pós-Graduação (2008); Pesquisador Sênior (2008); Orientação de Tese de Doutorado na área de Ciências Sociais Aplicadas (2013) e Honra ao Mérito Científico e Tecnológico (2013);

Câmara Brasileira de Cultura: Ordem do Mérito Social e Cultura (2012);

Estado do Maranhão: Ordem dos Timbiras (2013);

Conselho Regional de Serviço Social, 2ª Região: Serviços prestados ao Serviço Social (2013);

Universidade Federal do Maranhão: Palmas Universitárias (2010); patrona do Prêmio Mérito Científico Professora Maria Ozanira da Silva e Silva (2013) e Doutora Honoris Causa concedido mediante Resolução N. 213 do Conselho Universitário de 03 de dezembro de 2014.

Projetos aprovados e financiados por instituições de fomento à pesquisa desenvolvidos sob sua coordenação:

Participação nos Editais MCT/CNPq 14/2008 (Universal) (recursos aprovados R\$ 31.000,00); Edital MCT/CNPq 02/2006 (recursos aprovados R\$ 36.433,00) mediante o Projeto **A UNIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**: avaliando o Bolsa Família.

Participação nos editais MCT/CNPq 61/2005 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (recursos aprovados R\$ 7.000,00); Edital CNPq 32/2004 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (recursos aprovados 19.420,00); Edital CNPq

Universal 01/2002 (recursos aprovados R\$ 35.731,90) mediante o **PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**: o Programa Bolsa Família.

Edital em apoio a Grupos de Excelência 01/2004 MCT/CNPq/FAPEMA (recursos aprovados R\$ 344.953,98) mediante o **PROJETO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE TRANSFERÊNCIA DE**

RENDA: o processo e os impactos produzidos sobre a pobreza no Brasil.

Edital PROCAD CAPES n.01/2005 (recursos aprovados para o desenvolvimento de uma **Rede Nacional de Pesquisa sobre a Política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família**, com a participação da Universidade Federal do Maranhão, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com recursos aprovados num total de R\$ 250.000,00. Esse programa de Cooperação acadêmica se desenvolveu a partir de dois subprojetos: Subprojeto: **O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**: um estudo avaliativo de sua implantação e o Subprojeto:

A UNIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO

BRASIL: avaliando o Bolsa Família.

Programa CAPES PPCP – Edital CGCI n. 072/2010 – MERCOSUL e Edital Universal CNPq n. 14/2011 para desenvolvimento do Projeto: **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA NA AMÉRICA LATINA**: estudo comparado - Bolsa Família (Brasil), Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM – P.E. (Uruguay) y Asignación Universal por Hijo para la Protección Social (Argentina), com a participação das seguintes instituições: Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão/Brasil; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brasil; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Brasil; Programa de Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de La Republica/Uruguay; Mestrado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires da Argentina.

Edital FAPEMA N. 009/2011 (PRONEX) para financiamento do Projeto de Estruturação, Implantação e Funcionamento do Observatório Social e do Trabalho, com o valor R\$143.693,25. (**Processo: Processo PRONEX 01338/11**).

PROCESSO: FAPEMA Projeto Universal 530/15 para o projeto: **AVALIANDO A**

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO NORTE E NORDESTE: significado do SUAS para o enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil, tendo como instituição executora a Universidade Federal do Maranhão e como instituições participantes: Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará

b) Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Departamento de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, no qual ministra entre outras a disciplina Metodologia de Avaliação de Políticas e Programas Sociais. Pesquisadora Nível II do CNPq e pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP – www.gepp.ufma.br) no qual coordena o Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho, já tendo participado de diversos projetos de pesquisa de avaliação de Programas Sociais situados nos campos da Política de Assistência Social e das Políticas de Trabalho e Renda. Destaca-se dentre estes últimos, a participação no Projeto de Avaliação Externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Maranhão, integrante do PLANFOR, durante todo o período de implementação desta política, financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como um dos produtos sua tese de doutorado intitulada “Qualificação e Emprego no Brasil: uma avaliação dos resultados do PLANFOR”. Além de artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos, é coautora dos seguintes livros publicados pela Cortez Editora: Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil; Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo; O Bolsa Família no enfrentamento à

pobreza no Maranhão e Piauí; Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos; Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe; O Mito e a Realidade no Enfrentamento à Pobreza na América Latina: estudo comparado de Programas de Transferência de Renda no Brasil, Argentina e Uruguai. É ainda coautora do livro O Bolsa Família: verso e reverso, publicado pela Editora Papel Social e do livro Mito y realidad en el enfrentamiento de la pobreza en América Latina: estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta em Brasil, Argentina y Uruguay. É coautora dos seguintes livros publicados pela Veras Editora: Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática e Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico metodológicos. É coautora do livro Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza, publicado pela EDUFMA.

c) Salviana de Maria Pastor Santos Sousa

Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, no qual ministra a disciplina Gestão de Políticas e Programas Sociais. Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) oferecido pela UFMA à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), submetido e aprovado pela Capes, em concorrência ao Edital 23/2014. Chefe da Comissão Editorial da Revista de Políticas Públicas (RPP). Pesquisadora Nível II do CNPq. Membro do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP – www.gepp.ufma.br), no qual coordena o Projeto Observatório Social e do Trabalho: Eixo Pobreza. Participou de diversos projetos pesquisa na área de avaliação do Fundo de Combate à Pobreza; da Política de Assistência Social e das Políticas de Trabalho e Renda. Destaca-se dentre estes últimos, a participação no Projeto de Avaliação Externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Maranhão, integrante do PLANFOR, durante todo o período de implementação desta política, financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como um dos produtos a tese de doutorado intitulada “Educação Profissional no Brasil: centralização e descentralização no processo de gestão das políticas governamentais”. Além de artigos publicados, é coautora de livros e capítulos de livros, entre os quais, os seguintes publicados a partir de 2016: Mito y realidad en el enfrentamiento de la pobreza en América Latina: Estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay. Buenos Ayres: Espacio Editorial, 2018; O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2017; O Mito e a Realidade no Enfrentamento à Pobreza na América Latina. Estudo comparado de Programas de Transferência de

Renda no Brasil, Argentina e Uruguai. São Paulo: Cortez, 2018; Políticas Públicas: temas e questões afins. São Luís: EDUFMA, 2018.

d) Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira

Assistente Social, Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora associada IV do Departamento de Serviço Social e Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e sua atual Coordenadora. No momento encontra-se ministrando a disciplina de Metodologia de Avaliação de Políticas e Programas Sociais. É membro do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP – www.gepp.ufma.br), já tendo participado de diversos projetos de pesquisa de avaliação de Programas Sociais na área de avaliação do Fundo de Combate à Pobreza, da Política de Assistência Social e das Políticas de Trabalho e Renda. Destaca-se dentre estes últimos, a participação no Projeto de Avaliação Externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Maranhão, integrante do PLANFOR, durante todo o período de implementação desta política, financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como um dos produtos a tese de doutorado intitulada “Análise do Processo de Implementação do Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR”. Além de artigos publicados, é coautora dos seguintes livros publicados pela Cortez Editora: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento; Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo; O Bolsa Família: verso e reverso, publicado pela Editora Papel Social; Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza publicado pela EDUFMA; Política de Assistência Social e temas correlatos publicado pela Editora Papel Social. É autora e organizadora do livro Políticas Públicas: temas e questões afins, publicado pela EDUFMA.

e) Cleonice Correia Araújo

Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), professora associada do Departamento de Serviço Social (UFMA). É pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP – www.gepp.ufma.br), já tendo participado de diversos projetos de pesquisa de avaliação de Programas Sociais na área de avaliação do Fundo de Combate à Pobreza, das Políticas de Transferência de Renda e da Política de Assistência Social. Destaca-se dentre estes últimos, a participação no PROJETO AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO

NORTE E NORDESTE: significado do SUAS para o enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil. Autora do livro Pobreza e Programas de Transferência de Renda: concepções e significados. São Luís: EDUFMA, 2009. Além de artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos é coautora dos seguintes livros publicados pela Cortez Editora: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento; O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste, realidade e especificidades; O Sistema Único de Assistência Social no Brasil, disputas e resistências em movimento. É também coautora dos livros O Bolsa Família: verso e reverso, publicado pela Editora Papel Social; Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza publicado pela EDUFMA; Políticas Públicas: temas e questões afins, também publicado pela EDUFMA. Coautora do artigo Política de Assistência Social no período 1988-2018: desconstrução e desmonte publicado na Revista Ser Social, UNB.

7.1 Pesquisadoras da Equipe do PUCSP/Brasil

a) Maria Carmelita Yazbek

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós doutoramento no âmbito de Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - USP, na temática Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas (2001). Atualmente é professora do programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na área de Fundamentos Teórico Metodológicos do Serviço Social, Membro do Conselho Científico e Acadêmico do Doutorado e do Curso de Especialização em Política Social da Faculdade de Serviço Social da UNLP - La Plata, Argentina. Foi professora visitante do Instituto Superior João Paulo II de Luanda Angola e da Universidade Lusófona do Porto. Bolsista Produtividade do CNPq A1, Projeto: O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e suas interlocuções com o Serviço Social europeu no período de 1960/1980: a particularidade do caso português, início 2018. Participa atualmente de dois projetos de pesquisas: 1- Pesquisa financiada pelo CNPq, coordenada pelas profas. Marilda Iamamoto e Claudia Monica dos Santos, sobre "O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colombia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória) participando do sub projeto sobre Os movimentos contestatórios no Serviço Social europeu e norte americano no período de 1960/1980; 2- Projeto de Pesquisa financiado pela FAPESP: Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais. Esse projeto coordenado pelo prof. José

Fernando Siqueira da Silva, envolve as Universidades: UNESP, UNIFESP e a PUCSP em São Paulo além da UNB e a da UFTM fora de São Paulo. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Fundamentos e História; Classes Subalternas; Política Social; Assistência Social e Pobreza. Membro do conselho editorial de diversos periódicos relacionados à área, dentre os quais Escenários (La Plata), Revista Katalysis, Temporalis (Brasília), Serviço Social e Sociedade (ed. Cortez), Interações (Coimbra), dentre outras. Foi Consultora da Fundação das Universidades Portuguesas - FUP, na qualidade de Avaliador Externo do Ensino de Serviço Social em Portugal onde foi professora visitante do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, do Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Consultora do Curso de Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II em Luanda, Angola. Além de artigos publicados, é coautora dos seguintes livros: A economia no andar de baixo: ascender ou acender pertencimento social: perspectivas de pertencimento criadas a partir da renda das pessoas, Novas Edições Acadêmicas (2019), O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento, bem como Serviço Social na História América Latina, África e Europa, ambos da Editora Cortez (2019).

b) Raquel Raichelis Degenszajn

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora assistente doutora da PUC-SP. Foi Vice-Reitora Acadêmica (2000-2004). Atual coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (2020-2021). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão, cadastrado no diretório do CNPQ. É bolsista de produtividade em pesquisa 1D do CNPQ. Linhas de pesquisa: fundamentos do Serviço Social, trabalho, política social, gestão pública, política de assistência social, SUAS, democratização, controle social. Autora de livros, capítulos e artigos em revistas especializadas de Serviço Social e Ciências Sociais no país e no exterior. Além de artigos publicados, é coautora dos seguintes livros publicados pela Editora Cortez: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil - disputas e resistências em movimento (2019); A nova morfologia do trabalho no Serviço Social (2018); O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento (2017), Esfera pública e conselhos de assistência social - caminhos da construção democrática (2015).

c) Carola Carbajal Arregui

Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado em economia pela Universidade Pierre Mendès France em Grenoble/França (2012). Professora e Vice Coordenadora do Programa de Pós-graduandos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (desde 1996). É pesquisadora e vice líder do Núcleo Pesquisa Cidades e Territórios (certificado pelo CNPq) e pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais. Tem experiência na área de pesquisa em políticas sociais, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente em temas vinculados à política social e gestão social. Autora de estudos, capítulos de livros e artigos relacionados a questões vinculadas à pesquisa e avaliação de políticas sociais, gestão e indicadores sociais. Além de artigos publicados, é coautora dos seguintes livros publicados: Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea [livro eletrônico], da Editora Paulinas (2019), Longeviver, políticas e mercado: subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores, da EDUC (2019); O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em Movimento da Cortez Editora (2019), Estado y políticas sociales; los programas de transferencia de renta en el proceso de hegemonia en America Latina, Espacio editora (2017), O Bolsa Família: verso e reverso, da Papel Social (2016).

7.3 Pesquisadoras (es) da Argentina

a) Silvia Fernández Soto

Doctora en Trabajo Social, PUC-SP, San Pablo, Brasil. Pos-doctorado Universidad de Granada, España y PUC-RS, Porto Alegre, Brasil. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas CONICET. Profesora Titular Ordinaria de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (FCH-UNCPBA) en las asignaturas Estado y Política Social y Trabajo Social I. Licenciada en Trabajo Social (FCH-UNCPBA). Especialista en Planificación y Gestión de Políticas Sociales. (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires) Máster en Trabajo Social- PUC-SP, San Pablo, Brasil. Especialista en Políticas Sociales (FCS-UBA). Profesora de posgrado en universidades de Argentina y del exterior. Directora del Núcleo de Actividades Científico Tecnológicas PROIEPS FCH, UNCPBA (Programa de Investigación y Estudio Estado y Sociedad, <http://proieps.fch.unicen.edu.ar>). Directora de la Maestría en Ciencias Sociales de la FCH-UNICEN. Representante de la FCH-UNICEN en el Consejo Local de Infancia del

Sistema de Promoción y Protección de Derechos. Integrante del Foro por los derechos de la niñez Tandil. Integrante del Centro Social y Cultural La Vía. Es autora y coautora de diversas publicaciones científicas sobre la temática del Estado, políticas sociales y trabajo. Entre sus obras se destacan: *Estado, Políticas Sociales y Movimientos Sociales: Debates Latinoamericanos*. (2018) - 1a ed. – PROIEPS. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. *Mito y Realidad En El Enfrentamiento De La Pobreza En América Latina: estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay*. Editorial Espacio. (2018). *Estado Y Políticas Sociales: Los Programas De Transferencia De Renta Condicionada En El Proceso De Hegemonía En América Latina*. Buenos Aires: Espacio, 2017. *Políticas sociales, trabajo y trabajadores en el capitalismo actual. Aportes teóricos y empíricos para una estrategia de emancipación*. Buenos Aires, Editorial Espacio, 2009. *Trabajo social y cuestión social. Crisis, movimientos sociales y ciudadanía*. (Coord.) UNICEN/ Edit. Espacio, 2005, Buenos Aires; *características, prácticas y representaciones de las organizaciones sociales locales. Resultados del censo de las organizaciones de la sociedad civil de tandil*. Proieps- Foro Social-UNCPBA- REUN. Edit FOGABA. MARZO DE 2005.

b) Jorge Daniel Tripiana

Profesor y Licenciado en Historia por la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Argentina. Magíster en Investigación Social por la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Actual Vice-Decano de la Facultad de Arte, UNCPBA. Profesor Adjunto Ordinario Exclusivo de la UNCPBA en materias de Investigación, Historia y Cultura. Co-Director del Núcleo de Actividades Científico Tecnológicas PROIEPS FCH, UNCPBA (Programa de Investigación y Estudio Estado y Sociedad, <http://proieps.fch.unicen.edu.ar>). Doctorando en Historia en la Universidad Nacional de La Plata, Provincia de Buenos Aires, Argentina. Línea de investigación: El proceso de conciencia de la clase trabajadora y las transformaciones del capitalismo contemporáneo. Coordinador de la Diplomatura Arte para la Transformación Social en la Facultad de Arte - UNICEN. 2019 y continúa. Es autor y co.autor de diversas publicaciones científicas en ciencias sociales. Entre algunas de sus obras recientes podemos destacar: *Estado, Políticas Sociales y Movimientos Sociales: Debates Latinoamericanos*. (2018) - 1a ed. – PROIEPS. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. *Mito y Realidad En El Enfrentamiento De La Pobreza En América Latina: estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay*. Editorial Espacio. (2018). *Estado Y Políticas Sociales: Los Programas De*

Transferencia De Renta Condicionada En El Proceso De Hegemonía En América Latina. Buenos Aires: Espacio, 2017. Co-autor del libro *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. María Ozanira Da Silva e Silva (coord.), Valeria Almada Lima; Carlos Nelson Dos Reis y Carola Arregui. Co organizador del libro *Políticas sociales, trabajo y trabajadores en el capitalismo actual. Aportes teóricos y empíricos para una estrategia de emancipación*. Buenos Aires, Editorial Espacio, 2009. El cine y la clase obrera. El uso del audiovisual en la investigación del proceso de conciencia. Un ejercicio de análisis sobre el documental *Corazón de Fábrica* (2008), de Ernesto Ardito y Virna Molina. *ESTUDOS DO TRABALHO*.SAO PAULO: REDE DE ESTUDOS DO TRABALHO. 2014 vol. VIII n°15. ISSN 1982-9884. El desarrollo del capitalismo y la nueva configuración de la protección social. La Asignación Universal por Hijo en Argentina. *TEXTOS & CONTEXTOS*.PORTO ALEGRE: EDIPUCSP. 2014 vol.13 n°2. P. 274 - 290. EISSN 1677-9509. Contextualização socioeconômica e política do surgimento e desenvolvimento dos PTRCs na América Latina e Caribe. *REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS*.SAO LUIS DE MARAÑAO: EDFUMA. 2014 vol. n°. p. 291 - 298. issn 0104-8740. En colaboración con VALERIA ALMADA LIMA; CARLOS NELSON DOS REIS y CAROLA ARREGUI.

7.4 Investigadoras (es) de Uruguay

a) Pablo Bentura Alonso

Doctor en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Magister em Serviço Social por la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Pasantía Posdoctoral em el programa de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA). Pasantía Posdoctoral em el programa de la Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Profesor Titular en régimen de dedicación total del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales. Integrante del grupo de estudios sobre sistemas de protección social, prácticas institucionales y profesionales (Autoidentificado CSIC). Coordinador del proyecto La activación como estrategia de combate a la pobreza. Análisis de las estrategias de activación presentes en los programas sociolaborales del Ministerio de Desarrollo Social. Proyecto I+D financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar (convocatoria 2016) Participó como investigador de los siguientes proyectos: Alteraciones institucionales y tecnológicas de la política de asistencia social en el Uruguay del siglo XXI ¿Hacia un nuevo modelo de gestión social de la pobreza? Proyecto I+D financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar (convocatoria 2016)., Programas de transferência de renda condicionada na

América Latina: estudo comparado – Bolsa Família (Brasil), Nuevo Regimen de Assignaciones Familiares - AFAM-PE (Uruguai) e Asignación Universal por Hijo (Argentina) (2011-2016) financiado CAPES y ANII (Edital Mercosur Educativo). Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais (financiado por FAPESP). Ha publicado artículos y capítulos de libros em autoría y coautoría em su área de concentración.

b) Laura Paulo Bevilacqua

Doctora por el Programa de Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República), Master en Políticas Públicas por la Facultad de Administración y Ciencias Sociales (Universidad ORT Uruguay), Especialista en Políticas Sociales por la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República), Licenciada en Trabajo Social (Universidad de la República). Docente e investigadora efectiva del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República). Co- Coordinadora del Diploma de Especialización en Políticas Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República) e integrante del Comité de Posgrado del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales. Investigadora activa de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación (Uruguay). Integrante fundadora de la Red Iberoamericana para el Estudio de Transferencias de Ingresos (RIETI) e integrante de la red Social Work Action Network (SWAN). Autora y coautora de diversas publicaciones y evaluadora para revistas nacionales y extranjeras. Dentro de las líneas de investigación más recientes se destaca la participación en los siguientes proyectos colectivos: Programas de transferência de renda condicionada na América Latina: estudo comparado – Bolsa Família (Brasil), Nuevo Regimen de Assignaciones Familiares - AFAM-PE (Uruguai) e Asignación Universal por Hijo (Argentina) (2011-2016); Estudio de los fundamentos y supuestos implicados en el diseño, planificación, implementación y evaluación de programas sociales del Mides. Análisis de los programas: Uruguay Integra, Uruguay Trabaja, Jóvenes en Red y Cercanías (2012-2013); Las trayectorias de inclusión como estrategias de integración social (2013-2014); Estudio de los fundamentos de elaboración y las condiciones de accesibilidad y aplicación de la Guía Nacional de Recursos Sociales elaborada por el Ministerio de Desarrollo Social (2013-2014); Sistematización de las prácticas vinculadas al Componente de Acompañamiento Familiar y Trabajo de Cercanía, en el marco de las acciones desarrolladas por los equipos de Uruguay Crece Contigo (2014-2015); Estudio de los dispositivos de proximidad en las estrategias de intervención de los

programas Cercanías, Jóvenes en Red, Uruguay Crece Contigo y el Servicio de Abordaje Familiar del Ministerio de Desarrollo Social (2015-2016); Estudio de los modos de atención de los Servicios de Atención Ciudadana del Ministerio de Desarrollo Social (2017-2018); Estudio de las trayectorias sociales que se disponen de la asistencia a otras prestaciones públicas, con énfasis en un análisis sectorial y territorial de las políticas (2018); Estudio de las trayectorias sociales de personas en situación de calle en Montevideo (2018-2019); El sistema de transferencias no contributivas: Análisis de cómo operan en la vida cotidiana de los contributivos, los mecanismos de ingreso, permanencia, baja, suspensión y egreso (2018-2020).

c) Laura Vecinday

Doctora en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Magister em Serviço Social por la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – convenio Udelar), Asistente Social (Udelar), Pasantía Posdoctoral em el programa de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA). Profesora Agregada en régimen de dedicación total del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales. Co-coordinadora del grupo de estudios sobre sistemas de protección social, prácticas institucionales y profesionales (Autoidentificado CSIC). En los últimos 5 años ha coordinado los siguientes proyectos: Funciones y efectos colaterales de la introducción de sistemas de información para la protección social. Proyecto I+D financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar (convocatoria 2018) y Alteraciones institucionales y tecnológicas de la política de asistencia social en el Uruguay del siglo XXI ¿Hacia un nuevo modelo de gestión social de la pobreza? Proyecto I+D financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar (convocatoria 2016). Ha integrado el equipo del proyecto La activación como estrategia de combate a la pobreza. Análisis de las estrategias de activación presentes en los programas sociolaborales del Ministerio de Desarrollo Social. Proyecto I+D financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Udelar (convocatoria 2016) y del Grupo de Trabajo Clacso sobre Esquemas de bienestar en el siglo XXI – Programas Grupos de Trabajo de CLACSO (2016 – 2019) que nuclea investigadores de Argentina, Brasil, Paraguay, Ecuador, España y Uruguay. Ha publicado libros, capítulos de libro y artículos en autoría y coautoría en su área de concentración.

8 DISPONIBILIDADE EFETIVA DE INFRAESTRUTURA E DE APOIO TÉCNICO PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Instituição Executora e as Instituições Participantes se comprometem a colocar à disposição da equipe de pesquisadores todas as condições necessárias para o bom desenvolvimento das atividades indicadas no projeto de pesquisa, tais como: espaço físico, equipamentos e pessoal de apoio técnico, destacando-se salas de aula, locais para realização de reuniões, auditórios, microcomputadores, telefone, serviço de internet, bibliotecas, serviço de reprodução de material e outros que se fizerem necessários, além de disponibilizar carga horária dos professores-pesquisadores para desenvolvimento das atividades de pesquisa.

8 PLANO DE TRABALHO/CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO PROJETO

9 PLANO DE TRABALHO/CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO PROJETO

ATIVIDADES	PERÍODO
Finalização da composição da equipe com reunião remota geral para discussão final e consolidação do projeto.	Agosto 2020
Definição de atividades preparatórias preliminares e distribuição de responsabilidades entre pesquisadoras (es) integrantes do projeto.	Agosto/setembro 2020
Realização de mapeamento para identificação de programas de transferência de renda focalizados e renda básica universal nos países da América Latina e Caribe.	Novembro/2020 a Março/2021
Realização de estudo exploratório sobre os programas de transferência de renda focalizados e renda básica universal identificados nos países da América Latina e Caribe.	Abril a dezembro 2021
Realização de estudo em profundidade sobre programas selecionados a partir do estudo exploratório, considerando critérios definidos no projeto.	Janeiro a junho 2021
Realização de reuniões mensais remotas gerais com toda a equipe de pesquisadoras (es) para encaminhamento das atividades do projeto e apreciação de produtos.	Mensalmente durante todo o desenvolvimento do projeto
Realização de Reuniões remotas com grupos de pesquisadoras (es) para encaminhamento de atividades específicas e apreciação de produtos.	Definidas conforme desenvolvimento do projeto

Realização de Missões de Pesquisa presenciais.	Outubro 2022; outubro 2023
Elaboração de orientações prévias para direcionamento das atividades da pesquisa e para garantir interlocução da equipe e unidade na sistematização dos produtos da pesquisa.	Durante o desenvolvimento do projeto
Realização de pesquisa bibliográfica, documental, de dados secundários e em sites e redes de pesquisa sobre o debate, propostas e implementação de Programas de Transferência de Renda e de Renda Básica Universal nos países selecionados para desenvolvimento da pesquisa.	Durante o desenvolvimento do projeto
Organização e análise de dados e informações sobre as ações da pesquisa.	Na conclusão do Mapeamento, do estudo exploratório e do estudo em profundidade
Realização de entrevistas semiestruturadas com sujeitos diretamente envolvidos na construção de concepções, no debate, na formulação de propostas e na implementação de Programas de Transferência de Renda Focalizados e de Renda Básica Universal.	Durante o desenvolvimento do estudo em profundidade
Elaboração de relatórios parciais por país.	Relatórios específicos sobre o Mapeamento, o estudo exploratório e o estudo em profundidade
Elaboração de relatório geral final da pesquisa.	Julho a setembro de 2023
Elaboração de artigos, trabalhos para apresentação em eventos científicos nacionais e internacionais e de material para composição de livro.	Os artigos e trabalhos para apresentação em eventos científicos serão desenvolvidos durante o desenvolvimento do projeto e a composição do livro de agosto a dezembro de 2023

11 ORÇAMENTO DETALHADO

O projeto será financiado pela Universidade Federal do Maranhão para pagamento dos salários dos professores pesquisadores no que se refere à carga horária dedicada ao projeto. O mesmo deve ocorrer com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a Universidad de la República (Udelar) e a Facultad de

Ciencias Humanas - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires que mantêm docentes pesquisadores integrando a equipe do projeto.

Será elaborado orçamento detalhado para custeio do projeto, especificamente para realização de duas Missões de Pesquisa indicadas no cronograma das atividades do projeto quando da oferta de Editais por Agências financiadoras de pesquisa no Brasil (CNPq, CAPES e FAPEMA).

REFERÊNCIAS

BOLLAIN, Julien; GUANCHE, Tinxara. Uma renta básica para salir juntas de esto. **Red Renta Básica**, [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.redrentabasica.org/rb/una-renta-basica-para-salir-juntas-de-esto/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF, [2020]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CASTEL, Robert. **Les Métamorphoses de la Question Sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina, 2009**. Santiago de Chile, 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/1232-panorama-social-america-latina-2009>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CEPAL. **Informe Especial COVID-19 - El desafío social em tiempos del COVID-19**, 12 de maio 2020. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em 23 de jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena, Raízes teológicas do Populismo no Brasil, teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO (org.) **Anos 90, política e sociedade no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUAILIBE, Mônica Damous. **A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho**: uma análise para o Maranhão contemporâneo. Dissertação de Mestrado. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

ENGELS, Friederich. A ideologia Alemã. São Paulo: Grijalbo, 1977.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GORZ, A. **L'allocation universelle**: verson de droite et verson de gauche. **Revue Nouvelle**. Paris, n. 81, 1985, p. 419-428.

GORZ, A. **Metamorphose du Travail**: quête de sense. Paris: Galilée, 1991.

GORZ, A. **Les Chamins de Paradis**: l'agoniedu capital. Paris: Galilée, 1983.

LAIN, Bru; REVENTÓS, Daniel; ALABAO, Nuria. Uma renta básica em la actual situación y más allá. De momento, gana la banca. **Red Renta Básica**, [S. l.], 2020.

Disponível em: <http://www.redrentabasica.org/rb/una-renta-basica-en-la-actual-situacion-y-mas-alla-de-momento-gana-la-banca/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

LIMA, Valéria Ferreira Santos Almada et al. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, José de Souza **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Os Pensadores, V.I, p.1-25.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. V.1-3, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

PAUGAM, Serge. **L' Europe face à la Pauvreté: les expériences nationales de revenu minimum**. Paris: Ministère de l'Employ et la Solidarité, 1999.

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA. **Sobre a renda básica**. [S, l.: s. n.], [2019?]. Disponível em: <http://rendabasica.com.br/sobre-a-renda-basica/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

ROSANVALLON, P. **La Nouvelle Question Sociale: repenser l'État-providence**. Paris: Seuil, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Focalização x Universalização no Bolsa Família**. In:

SILVA et al. **Caracterizando e Problematizando o Bolsa Família**. São Luís, 2014. Mimeo.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da Pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. As condicionalidades e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) enquanto Dimensões Centrais do Bolsa Família (BF): uma incursão na realidade do programa no Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, ano 1, n. 1, 2013. Disponível em: www.gaepp.ufma.br. Acesso em: 20 maio 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 6. ed. São Paulo, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Avaliação e Impactos dos Programas de Transferência de Renda: alcances, percursos e dimensões ainda pouco exploradas. In SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O Mito e a Realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina. Estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O trabalho da equipe de profissionais do Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família: Verso e Reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.

SOTO, Sílvia Fernandes. La política social y la recomposición material del consenso. La centralidad de los programas de transferencia de renta condicionada: el caso argentino. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 53-85, jan./mar. 2013.

STANDING, Guy. **Basic Income and how we can make it happen**. [S. l.]: Pelican, 2017.

STANDING, Guy. La renda básica universal seria maravilhosamente libertadora. [Entrevista cedida a] Andreu Barnils. **Red Renta Básica**, [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.redrentabasica.org/rb/la-renta-basica-universal-seria-maravillosamente-liberadora-entrevista-a-guy-standing>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2002.

SUPLICY, Eduardo. Lectures to the XVII International Conference of the Basic Income Earth Network. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE BASIC INCOME EARTH NETWORK, 17., 2017, Lisbon. **Congress papers** [...], Lisboa: BIEN, 2017. Disponível em: <https://basicincome.org/congresses/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TELLES, Veras da S. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.

TORRY, Malcolm (ed.). **The Pelgrave International Handboob of Basic Income**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

TORRY, Malcolm. Emergency Basic Income during the Coronavirus. **Basic Income Earth Network**, Belgium, 2020. Disponível em: <https://basicincome.org/news/2020/04/emergency-basic-income-during-the-coronavirus-crisis/>. Acesso em: /04/2020.

URIBE, Gustavo; RESENDE, Thiago, Falta de dinheiro ameaça expansão do Bolsa Família para mais pobres. **Folha de são Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-smile/2020/01/10/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/FFLCh Centro de Estudos da Metrópole. **Pandemia da Covid-19 cria novo grupo de vulneráveis: homens e mulheres brancas atuantes em serviços não essenciais (20/04/2020)**. Disponível em <http://centrodametropole.ffich.usp.br/pt-br/noticia/pandemia-da-covid-19-cria-novo-grupo-de-vulneraveis-homens-e-mulheres-brancos-atuantes-em> Consultado em 03/06/2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.